



- CONFIDENCIAL -

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2018

PBIO-PRES 0006/2018

Ao Ilmo Sr. Presidente do Congresso Nacional
Senador Eunício Oliveira

12 8 JUN 2018

Senado Federal - Anexo 1 - 17º andar
Praça dos Três Poderes
70165-900 - Brasília - DF

Assunto: Atendimento aos dispositivos constantes do art. 23 da Lei
13.303/2016 e do § 3º do art. 37 do Decreto 8.945/2016

Referência: Petrobras Biocombustível S.A.

Prezado Senhor,


Petrobras Biocombustível S. A., empresa subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com sede na capital do Rio de Janeiro, à Av. República do Chile, 500, 29º andar, inscrita no CNPJ/MF 10.144.628/0001-14, vem pela presente encaminhar ao Congresso Nacional, em cumprimento do disposto na Lei 13.303/16, art. 23, §2º, combinado com o previsto no Decreto 8.945/16, art. 37, § 3º, os documentos relacionados a seguir:

- Anexo 1 - Relatório da Administração - 2017
- Anexo 2 - Nota Técnica e Apresentação do Plano de Negócios e Gestão - 2018-2022
- Anexo 3 - Nota Técnica e Apresentação do Plano Anual de Negócios - 2018 e Proposta de Indicadores de Gerenciamento de Desempenho por Resultado (GDR)-2018
- Anexo 4 - Metas de Desempenho exercício de 2018
- Anexo 5 - Metas de Resultado Petrobras Biocombustível S.A. - período 2013 a 2017
- Anexo 6 - Relatório de Desempenho de Resultados e de Investimentos - exercício de 2017
- Anexo 7 - Relatório de Acompanhamento de Gastos - Plano Anual de Negócios - Plano Anual de Negócios - exercício de 2017
- Anexo 8 - Extrato Parcial de Ata CA 07032018 correspondente à aprovação do Plano Anual de Negócios - exercício de 2018
- Anexo 9 - Extrato Parcial de Ata CA 07032018 correspondente à aprovação do Plano Estratégico e Plano de Negócios e Gestão - período 2018 -2022

R

Sendo o que cabe para este momento, colocamo-nos à disposição e aproveitamos a oportunidade para renovar nossos cumprimentos a V. S.^a e ao Congresso Nacional

Atenciosamente,



Ricardo Greenhalgh Barreto Neto
Presidente

Anexo(s): Anexo 1 - Relatório da Administração 2017
Anexo 2 - Nota Técnica PNG_2018_2022
Anexo 2.1 - Apresentação PNG 2018_2022
Anexo 3 - Nota Técnica PAN_2018
Anexo 3.1 - Apresentação PAN_2018
Anexo 4 - Metas de Desempenho
Anexo 5 - Metas de Resultado_2013_2017
Anexo 6 - Relatório de Desempenho_2017
Anexo 7 - Relatório de Acompanhamento de Gastos Dez_2017
Anexo 8 - Extrato Parcial de ATA CA 07032018 PAN_2018
Anexo 9 - Extrato Parcial de Ata CA 07032018 PE PNG_2018

c.c.: GIA-RGN; GIA-RGN/PILC; GIA-RGN/PILC/PPB; GOVERNANCA
ADE/BRA/Petrobras; PBIO-PRES/PD; PBIO-PRES/SEGE;
PBIO-AUDI/BRA/Petrobras; Antonio Ricardo Pessoa
Fonseca/BRA/Petrobras
eunicio.oliveira@senador.leg.br

Anexo 1

Relatório da Administração – 2017

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Petrobras Biocombustível apresentou, em 2017, resultado líquido positivo. Ao longo do ano, obtivemos sucesso na implementação de diversas melhorias operacionais. Adicionalmente, as receitas financeiras, com origem no programa Repetro, e a aplicação dos recursos oriundos de desinvestimentos contribuíram, significativamente, para os bons resultados desse ano.

Graças ao trabalho integrado e afinado da área operacional, da área de comercialização e do corpo técnico administrativo, registramos avanços significativos na performance de nossas usinas de biodiesel. As vendas de biodiesel das unidades de Montes Claros e de Candeias aumentaram 10% e tivemos excelentes indicadores de segurança, terminando o ano sem registrar nenhum acidente, vazamento ou fatalidade.

Com o aprimoramento de diversos processos industriais, eliminamos gargalos logísticos e melhoramos o fator de utilização e a produtividade de nossas unidades. Além disso, tornamos o refino de nossas plantas mais flexível, criando condições para que pudéssemos diversificar as matérias-primas utilizadas. Com isso, reduzimos custos e aumentamos nossas margens, mantendo a qualidade dos nossos produtos.

Paralelamente ao trabalho intensivo que realizamos nas usinas de biodiesel, foram concluídos, em 2017, os processos de venda de nossa participação no Guarani para Tereos e de troca de nossas ações da Nova Fronteira por ações da São Martinho. Também iniciou-se, em dezembro, a etapa de divulgação de oportunidade (teaser) relativa ao processo de desinvestimento de 100% na nossa parceria no biodiesel com a BSBios. Essas ações atendem à

diretriz de saída da produção de biocombustíveis estabelecida pelo Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017-2021 de nossa controladora, a Petrobras, que ratificou tal diretriz no PNG 2018-2022.

Em 2018, as perspectivas para o segmento de biodiesel são animadoras, com a entrada em vigor do B10, fato que levará ao aumento da demanda por esse biocombustível e à consequente necessidade de aumento da produção. Paralelamente a essas mudanças, também não podemos ficar indiferentes ao RenovaBio, programa do Governo Federal que irá fomentar a produção de biocombustíveis em um ambiente normativo que evolui na direção de uma economia de baixo carbono, a fim de atender aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em relação às mudanças climáticas. A geração de créditos de carbono (CBios) ajudará a equilibrar a equação econômica do segmento de biodiesel, tornando-o mais rentável.

Seguiremos focados para vencermos mais um ano de grandes desafios, perseguindo os princípios que têm nos guiado até aqui e continuando sendo o norte da nossa atividade: melhoria de produtividade e geração de caixa, com otimização de processos e redução de custos, sempre mantendo nosso padrão de excelência em segurança, meio ambiente e saúde.

Ricardo Greenhalgh Barreto Neto
Presidente da Petrobras Biocombustível

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

1. A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL EM 2017 *

Em 2017, a Petrobras Biocombustível concentrou seus esforços no segmento de biodiesel, consolidando melhorias operacionais, que levaram à redução de custos e à geração de caixa, e buscando agregar valor para o negócio, que se mantém em um horizonte de desinvestimento.

O Plano de Negócios e Gestão (PNG) da nossa controladora, a Petrobras, determinou a saída da atividade de produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento e preparando a companhia para um futuro baseado em uma economia de baixo carbono. Em consonância com essa estratégia, o ano de 2017 foi marcado pela conclusão dos processos de hibernação da Usina de Biodiesel de Quixadá, venda da totalidade da participação acionária no Guarani para a Tereos Participação e troca de ações da Nova Fronteira por ações da São Martinho.

1.1. Etanol

Até o final de 2016, a Petrobras Biocombustível atuou no segmento de etanol por meio de três empresas investidas – Guarani (SP), Nova Fronteira Bioenergia (GO) e Bambuí Bioenergia (MG). Em meados daquele ano, a companhia iniciou o processo de negociação para saída das parcerias. Em fevereiro de 2017, foram concluídas as operações de venda da totalidade de sua participação de 45,97% no Guarani para a Tereos Participação e a troca de ações da Nova Fronteira, coligada na qual a companhia detinha 49% do capital votante, por 24 milhões de novas ações ordinárias (SMT03) emitidas pela São Martinho, o que correspondia a uma participação de 6,59% nessa última. Em fevereiro de 2018, por meio de leilão na Bolsa de Valores, essas ações foram alienadas e a participação da Petrobras Biocombustível no capital social da São Martinho foi encerrada.

Com relação à Bambuí Bioenergia, a companhia não exerceu, em 2017, o direito de subscrição de ações. Com isso, não aportou novos recursos, fato que levou a uma nova redução de sua participação societária na empresa mineira, a qual passou de 28,67% para 8,4%. Como o investimento na coligada já havia sido provisionado para perda em sua totalidade desde 2015, essa redução não gerou impacto no resultado da Petrobras Biocombustível.

1.2. Biodiesel e Suprimento Agrícola

A Petrobras Biocombustível terminou 2017 operando duas unidades de biodiesel – Candeias (BA) e Montes Claros (MG). Juntas, entregaram 261,3 mil m³ de biodiesel, volume 12% maior do que o que foi entregue por elas em 2016. A Usina de Quixadá, localizada no Ceará, teve seu processo de hibernação concluído em abril de 2017, dado que não havia perspectiva de melhoria dos resultados no curto prazo.

Como o objetivo de agregar valor aos processos produtivos das duas usinas, o ano foi marcado pela consolidação de melhorias operacionais, que diminuíram gargalos e tornaram as unidades mais flexíveis no processamento de matérias-primas, o que culminou com o aumento do volume de produção e venda do biodiesel, bem como a elevação do faturamento das plantas de biodiesel em operação. Mesmo com preços menores em 2017, a companhia obteve melhores margens em comparação ao ano anterior.

Com integração crescente entre as áreas de operação e de comercialização, foram realizadas algumas ações fundamentais para a redução de custos. Entre elas estão: a diversificação e o desenvolvimento de novos fornecedores para reduzir os gastos com aquisição de matéria-prima; a utilização crescente de matérias-primas alternativas, como o sebo bovino, por exemplo; a adoção de estratégias diferenciadas nos leilões de biodiesel da ANP; a mudança na estratégia de aquisição de catalisador; e o reposicionamento em relação à venda de glicerina, aumentando a participação dos produtos especiais na margem de contribuição.

Além dessas ações de natureza comercial, o arranjo funcional da equipe de operação foi otimizado e as áreas de carregamento/descarregamento das usinas receberam melhorias, atenuando gargalos logísticos e diminuindo custos. Com plantas mais flexíveis, a Petrobras Biocombustível operou com um mix variado de matérias-primas em 2017. Por outro lado, com maior eficiência operacional, foi possível reduzir o consumo de insumos, principalmente catalizador.

A companhia também consolidou a estratégia de atuação junto às cooperativas de agricultores familiares, com foco na região Nordeste e no semiárido, para a manutenção do Selo Combustível Social, promovendo a diversificação do mix de matérias-primas contratadas e mantendo a otimização dos custos de sua obtenção. Para isso, manteve parceria com 11 cooperativas (dez no Nordeste), por meio das quais são adquiridas cinco matérias-primas diferentes: três de origem vegetal (mamona, coco seco, óleo de dendê) e duas de origem animal (óleo de frango e óleo de peixe).

Além das usinas próprias, a Petrobras Biocombustível detém participação de 50% na empresa BSBios Sul Brasil, que possui duas unidades, uma localizada em Maniávia (PR) e outra em Passo Fundo (RS). As duas unidades entregaram, juntas, 409,7 mil m³ de biodiesel em 2017. Em dezembro, a Petrobras informou o início da etapa de divulgação da oportunidade (teaser) referente ao processo de alienação de 100% de sua participação nas ações detidas pela Petrobras Biocombustível na BSBios. Em 5 de fevereiro de 2018, foi divulgado para o mercado o início da etapa não vinculante do negócio, período em que os interessados irão receber um memorando descritivo contendo informações detalhadas sobre os ativos.

A Petrobras Biocombustível, em parceria paritária com a Galp, também possui investimentos na coligada Belem Bioenergia Brasil (BBB), que abrange o cultivo de palma em uma área total de 42 mil hectares no Estado do Pará. Em função de prioridades estratégicas, os investimentos industriais, que dependem de aportes dos acionistas, foram descontinuados. Entretanto, em 2017, foi estabelecida uma parceria com a empresa local Dendê do Tauá para exploração de 22 mil hectares dos palmeiros plantados no Polo Tailândia, viabilizando o ingresso de recursos para implantação de uma unidade extratora de óleo. Os estudos de parcerias para a área remanescente seguem em andamento.

* Este relatório reflete a realidade da Petrobras Biocombustível e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria.

1.3. Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)

A Petrobras Biocombustível não registrou acidentes de trabalho em 2017 e sua taxa de acidentados registráveis (TAR) foi zero. A empresa também apresentou um baixo índice de absenteísmo, registrando 1,12 de percentual de tempo perdido (PTP), mantendo-se abaixo do limite de alerta de 1,85, estabelecido para o ano. As usinas de biodiesel também não registraram nenhum vazamento de produto ao longo do ano que passou.

Os bons resultados em SMS foram potencializados por diversas ações adotadas ao longo do ano, entre as quais se destacam: treinamento sobre as regras de ouro de segurança no trabalho para todos os empregados e prestadores de serviço, com reforço dos conteúdos para as frentes de serviço das usinas; implantação do plano para redução de acidentes e melhorias estruturais na estação de tratamento de efluentes da Usina de Candeias e na área de armazenamento de resíduos sólidos oleosos da Usina de Montes Claros.

1.4. Corporativo e Recursos Humanos

A Petrobras Biocombustível reduziu os gastos com pessoal e melhorou a qualidade dos serviços providos pela gerência de Recursos Humanos, adequando procedimentos internos às regras do Programa E-Social e priorizando treinamentos com instrutores internos e do Sistema Petrobras. Em média, foram oferecidas 36 horas de treinamento por empregado. Em 2017, também foi criado um programa de coaching interno e realizadas ações para melhoria da ambiência, integrando equipes e treinando lideranças da sede e das usinas.

2 RESULTADO CONSOLIDADO

A Petrobras Biocombustível apresentou lucro líquido de R\$ 158,8 milhões, com margem líquida de 23%, revertendo um cenário de prejuízos obtidos até então. O desempenho é explicado pela melhora operacional, pelos ganhos financeiros decorrentes da aplicação dos recursos oriundos da alienação de ativos, pela remuneração das garantias prestadas no âmbito do Repetro e pela reversão da integralidade do impairment na BSBios, realizado em 2016. O resultado operacional foi de -R\$ 33,2 milhões. Esse resultado, ainda que negativo, representa um avanço de 80% em relação ao ano anterior.

Os ganhos operacionais se devem à melhoria da margem bruta do biodiesel e à redução dos custos com a obtenção do Selo Combustível Social e dos gastos fixos. Se forem consideradas apenas as duas unidades que se mantêm em operação, o volume produzido foi 10% maior do que no ano anterior, em um cenário marcado pela queda de 8% no preço do biodiesel em relação a 2016. Há que se destacar, ainda, o fato de a companhia não possuir dívida com instituições financeiras.

Os resultados dos investimentos da Petrobras Biocombustível apresentaram ganhos com equivalência patrimonial na BSBios (+R\$ 18,9 milhões de equivalência patrimonial e +R\$ 46,4 milhões de reversão de impairment) e perdas na BBB (-R\$ 110,2 milhões), explicadas pelo aporte do mesmo montante para suprir as necessidades operacionais da investida. No período de janeiro a fevereiro de 2017, foi registrada perda de equivalência patrimonial com a alienação das ações da Guarani no valor de R\$ 26,7 milhões e de R\$ 13,2 milhões na Nova Fronteira, decorrente da variação do valor das ações da São Martinho. As coligadas Bambuí e BioÓleo não impactam o resultado da companhia, pois possuem patrimônio líquido negativo e, portanto, não contabilizam equivalência patrimonial.

3. INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

3.1 Membros do Conselho de Administração:

Jorge Celestino Ramos (Presidente do Conselho)
Carlos Felipe Guimarães Lodi
Luiz Fernando Marinho Nunes
Marcelo Fernandes Bragança
Ricardo Greenhalgh Barreto Neto

3.2 Membros da Diretoria Executiva

Ricardo Greenhalgh Barreto Neto – Presidente, Diretor de Biodiesel e Diretor de Suprimento Agrícola
Lair Jesus Pereira de Oliveira – Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Etanol

3.3 Membros do Conselho Fiscal:

Titulares:

José de Melo (Presidente)
Solange Arantes Dorneia
Ernesto Carneiro Preciado

Suplentes:

Fabiano Maia Pereira
Heraldo da Costa Belo

4. AGRADECIMENTOS

A Petrobras Biocombustível agradece todos os colaboradores e parceiros pela importante contribuição em mais um ano dedicado ao trabalho competente e à superação de desafios.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	288	565	Fornecedores	14	58.321	105.856
Contas a receber, líquidas	8	791.786	149.707	Impostos e contribuições	16	796	2.216
Estoque	9	44.486	49.892	Salários, férias, encargos e participações		7.052	6.066
Ativo Financeiro Disponível para venda	7	463.200	-	Cessão de recebíveis - FIDC	17	-	44.651
Ativos classificados como mantidos para venda	10	-	1.126.338	Outras contas e despesas a pagar		2.296	974
Impostos e contribuições	16	52.523	26.772			68.465	159.763
Adiantamento a fornecedores		-	3.638				
Outros ativos circulantes		539	102				
		1.352.822	1.357.014				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo		-	3	Planos de pensão e saúde	18	7.626	6.007
Adiantamento a fornecedores		-	3	Provisão para processos judiciais	23	2.775	2.618
Impostos e contribuições	16	7.248	7.709	Outras contas e despesas a pagar		190	865
Depósitos vinculados		3.711	3.730			10.591	9.490
		10.959	11.442				
Investimentos	11	107.817	42.753	Patrimônio líquido	19		
Imobilizado	12	97.675	104.866	Capital Social		4.378.444	4.340.218
Intangível		81	116	Contribuição adicional de capital		(17.760)	(17.760)
		216.532	159.177	Ajustes de avaliação patrimonial		12.102	65.802
				Prejuízos acumulados		(2.882.488)	(3.041.322)
						1.490.298	1.346.938
Total do ativo		1.569.354	1.516.191	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.569.354	1.516.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2017	2016
Receita Líquida de vendas de produtos	20	682.081	838.636
Custo dos produtos vendidos	21	(708.340)	(919.896)
Prejuízo bruto		(26.259)	(81.260)
Receitas (despesas)			
Despesas de vendas	21	(6.288)	(5.608)
Despesas gerais administrativas	21	(71.960)	(83.266)
Despesas tributárias		(19.546)	(8.251)
Outras receitas, líquidas	22	90.884	9.254
		(6.910)	(87.871)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e participações em investimentos		(33.169)	(169.131)
Resultado financeiro líquido		277.054	145.294
Despesas financeiras	24	(1.483)	(9.847)
Receitas financeiras	24	286.411	154.931
Variações monetárias e cambiais, líquidas	24	(7.874)	210
Resultado de participações em investimentos	11	(85.051)	(862.027)
Lucro (Prejuízo) do exercício		158.834	(885.864)
Lucro (Prejuízo) por lote de mil ações do capital social - básico e diluído (em R\$)		363,45	(2.132,15)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2017	2016
Lucro (prejuízo) do exercício		158.834	(885.864)
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos / (Perdas) atuariais (Plano de Pensão e Saúde Reconhecido no patrimônio líquido)	18	669	(2.780)
Itens que serão reclassificados no resultado			
Participação no resultado abrangente das investidas			
Ajustes acumulados de conversão realizado	10.1	(132.102)	140.784
Resultado não realizado (Ativo financeiro disponível para venda)		8.400	-
Resultados realizados no hedge de fluxo de caixa	10.1	69.332	288.740
		(53.700)	426.744
Resultado abrangente total		105.134	(459.120)
Atribuível ao:			
Acionista da PBIO		105.134	(459.120)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicada em contrário)

	Capital subscrito e integralizado	Contribuição adicional de capital	Ajuste de avaliação patrimonial Ajuste acumulado de conversão	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	3.568.612	(17.760)	(8.682)	(352.260)	(2.155.458)	1.034.452
Integralização de capital	771.606	-	-	-	-	771.606
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(885.864)	(885.864)
Outros resultados abrangentes:						
Plano de Pensão	-	-	-	(2.780)	-	(2.780)
Ajuste acumulado de conversão (da investida)	-	-	140.784	-	-	140.784
Resultado não realizado no hedge de fluxo de caixa (da investida)	-	-	-	288.740	-	288.740
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.340.218	(17.760)	132.102	(66.300)	(3.041.322)	1.346.938
Integralização de capital	38.226	-	-	-	-	38.226
Lucro do exercício	-	-	-	-	158.834	158.834
Outros resultados abrangentes:						
Plano de Pensão e AMS	-	-	-	669	-	669
Resultado não realizado (Ativo financeiro disponível para venda)	-	-	-	8.400	-	8.400
Ajuste acumulado de conversão realizado (da investida)	-	-	(132.102)	-	-	(132.102)
Resultado realizado no hedge de fluxo de caixa (da investida)	-	-	-	69.332	-	69.332
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.378.444	(17.760)	-	12.102	(2.882.488)	1.490.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	158.834	(885.864)
Ajustes para:		
Provisão atuarial com plano de pensão e saúde	2.288	1.183
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(57.357)	(2.719)
Resultado de participações em investimentos	85.051	862.027
Depreciação e amortização	2.543	5.463
Realização do ajuste acumulado de conversão - Venda Guarani	(132.102)	-
Realização do hedge de fluxo de caixa - Venda Guarani	69.332	-
Provisão (reversão) para perdas em créditos de liquidação duvidosa	2.501	(30)
Provisão (reversão) para perdas com projetos próprios cancelados	-	(62)
Provisão (reversão) para perdas na recuperação de ativos próprios	7.679	(4.173)
Valor residual baixados na Venda Guarani	(9.009)	-
Encargos financeiros sobre empréstimos	8.882	5.473
Ajuste a valor de mercado de estoques	(932)	(53)
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	13.169	8.360
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	(24.099)	(4.318)
Estoques	6.338	(6.637)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(251)	(886)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(13.091)	(61.193)
Contas a pagar e provisões	1.041	1.718
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(3.078)	(53)
Outros passivos	(27.871)	(1.667)
Recursos líquidos aplicados nas atividades operacionais	89.868	(83.431)
Atividades de investimentos		
Aportes em investimentos	(110.232)	(348.956)
Aquisições em ativos imobilizados	(3.023)	(7.771)
Resgate em recebíveis de ativos financeiros	352.907	254.502
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(953.756)	(217.518)
Recebimento pela venda de ativos (Desinvestimentos)	631.654	-
Intangível	-	(27)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(82.450)	(319.770)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aportes da Petrobras (Controladora)	38.226	404.133
Financiamento - Cessão de recebíveis - FIDC		
Captações	14.779	203.776
Amortização de Principal	(60.700)	(206.389)
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamento	(7.695)	401.520
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(277)	(1.681)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	565	2.246
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	288	565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

	2017	2016
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	787.795	969.737
Descontos e abatimentos	(501)	(195)
Reversão (Perdas) em créditos de liquidação duvidosa	(2.501)	30
Receitas relativas à construção de ativos para uso	895	5.130
Outras receitas operacionais, líquidas	91.796	4.255
	<u>877.684</u>	<u>978.957</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas consumidas	(625.574)	(805.719)
Custo das mercadorias revendidas	(15.313)	(16.577)
Créditos fiscais sobre insumos de terceiros	(98.120)	(97.513)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(42.111)	(88.556)
Resultado com projetos próprios cancelados	-	62
Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	932	53
Reversão (Perda) na recuperação de ativos próprios	(7.679)	4.173
	<u>(787.865)</u>	<u>(1.004.077)</u>
Valor distribuído (consumido) bruto	<u>89.819</u>	<u>(25.120)</u>
Retenções		
Depreciação e amortização	(2.543)	(5.463)
	<u>(2.543)</u>	<u>(5.463)</u>
Valor distribuído (consumido) pela Sociedade	<u>87.276</u>	<u>(30.583)</u>
Valor recebido (consumido) em transferência		
Resultado de participações em investimentos	(85.051)	(862.027)
Receitas financeiras	286.411	154.931
	<u>201.360</u>	<u>(707.096)</u>
Valor recebido (consumido) a distribuir	<u>288.636</u>	<u>(737.679)</u>
Distribuição do valor recebido (consumido)		
Pessoal		
Remuneração direta	57.863	73.225
Salários	56.953	73.225
Participação nos resultados	910	-
Benefícios	11.685	11.294
Vantagens	2.722	3.774
Plano de aposentadoria e pensão	3.264	2.476
Plano de saúde	3.195	2.915
FGTS	2.504	2.129
	<u>69.548</u>	<u>84.519</u>
Tributos		
Federais	11.342	8.309
Estaduais	14.893	21.502
Municipais	306	297
	<u>26.541</u>	<u>30.108</u>
Instituições financeiras e fornecedores		
Despesas com juros, variações cambiais e monetárias	9.357	9.637
Despesas com aluguéis	24.356	23.921
	<u>33.713</u>	<u>33.558</u>
Acionistas		
Lucro (prejuízo) do exercício	158.834	(885.864)
Valor gerado (consumido) distribuído	<u>288.636</u>	<u>(737.679)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Biocombustível S.A. ("PBIO" ou "Companhia") é uma controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, constituída em 16 de junho de 2008, tendo por finalidade a produção de etanol e biodiesel, bem como quaisquer outros produtos e atividades correlatos ou afins e a geração de energia elétrica associada às suas operações.

Na execução de suas atividades, a Companhia poderá constituir subsidiárias, no país ou no exterior, participar em sociedades controladas ou coligadas, bem como associar-se, majoritariamente e/ou minoritariamente a outras sociedades. A Companhia poderá adquirir ações ou cotas de outras sociedades, participar de sociedades de propósito específico, bem como associar-se a empresas brasileiras e estrangeiras e com elas formar consórcios, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados às atividades vinculadas ao seu objeto.

A Companhia opera, na condição de arrendatária, duas Usinas de Biodiesel, de propriedade da Petrobras, sendo uma localizada em Candeias, BA e outra em Montes Claros, MG. A Usina de Biodiesel de Quixadá, CE, teve suas atividades encerradas, conforme orientação do Conselho de Administração da PBIO.

A Petrobras durante o ano de 2016 aprovou um plano de investimento amplo em suas diversas áreas de atuação e em dezembro de 2017 a aprovação do Plano de Negócio e Gestão - PNG 2018-2022 confirmou a estratégia de saída da atividade de produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento. A carteira de investimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da Companhia. O impacto desse plano na Companhia está descrito nas notas 1.1 e 1.2.

A Petrobras não fixa uma data para que os desinvestimentos de biocombustível se efetivem. No momento, não há decisão quanto à interrupção da produção das Usinas de Biodiesel de Candeias e Montes Claros e existe orçamento aprovado para continuidade das operações para os próximos cinco anos e as mesmas continuam na carteira de investimentos da PBIO. A administração afirma o entendimento da continuidade operacional da Petrobras Biocombustível S.A.

A PBIO, continua com os esforços de aumento da rentabilidade das operações, melhoria de produtividade e geração de caixa, com otimização de processos e redução de custos, sempre mantendo nosso padrão de excelência em segurança, meio ambiente e saúde.

Durante o exercício de 2017 os aportes realizados pela Controladora, para fins de investimentos, até a presente data, totalizam R\$38.226.

A Companhia foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Usinas e Investidas

Em 29 de julho de 2008, foi inaugurada, em Candeias (BA), a primeira usina de produção comercial de biodiesel da Petrobras e a usina de Montes Claros (MG) em 06 de abril de 2009.

A Companhia também possui parceria com a R.P. Biocombustíveis Ltda., antiga BSBAR – BSBios Participações S/A, na empresa BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. que possui duas usinas, uma localizada em Passo Fundo (RS) e outra em Marialva (PR). A capacidade total de produção de biodiesel das duas unidades é de 945 milhões de litros por ano. Todas as usinas têm o Selo Combustível Social, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Em 2017, a Companhia investiu R\$ 1.382, em melhorias operacionais das usinas de produção e manutenção para atendimento dos requisitos de Segurança, meio ambiente e saúde.

No dia 14 de dezembro de 2017, a Petrobras informou que iniciou a etapa de divulgação da oportunidade (Teaser) referente ao processo de alienação de 100% da sua participação das ações detidas pela PBIO, na empresa BSBios.

A Companhia possui parceria com a Galp Bioenergy B.V. na empresa Belem Bioenergia Brasil (BBB), através do Programa Belém, que abrange o cultivo de palma, a extração e exportação de óleo e a produção de 270 mil toneladas anuais de green diesel em Portugal. A área total plantada com palma no Pará é de 42 mil hectares. Em função de priorização de investimentos, a instalação das extratoras de óleo de palma no Brasil e a construção da planta industrial foram postergadas. Em 24 de janeiro de 2017, foi celebrada uma parceria entre a BBB e a Dendê do Tauá S.A. (Dentaui), empresa sediada no Estado do Pará que tem por objeto social a produção e comercialização de óleo de palma e derivados.

Em 2017, a Companhia realizou aportes no valor total de R\$ 110.232 na Belem Bioenergia Brasil para suprir suas necessidades operacionais.

Em outro empreendimento, com participação societária na Bioleão Industrial e Comercial S.A. (Bioleão), a Companhia atua no processamento de grãos de mamona, algodão e girassol e no refino de óleo vegetal bruto. A fábrica, em Feira de Santana (BA), tem capacidade instalada para o processamento de 130 mil t/ano de grãos de mamona e semirrefino de 60 mil ton/ano de óleo degomado de soja e óleo bruto de algodão. Atualmente a empresa encontra-se em processo de recuperação judicial.

1.2. Reestruturação Societária

A Companhia permaneceu em 2017 com sua participação societária na Bambuí Bioenergia S.A. (Bambuí). Na Bambuí, a moagem da cana-de-açúcar totalizou 1,16 milhão de toneladas e uma produção de 97,8 mil m³ de etanol hidratado. Em 2017, a Companhia reduziu sua participação para 8,4% (28,67% anteriormente), não exercendo, em fevereiro, seu direito de subscrição de ações. A participação de 45,97% na empresa Guarani foi alienada em fevereiro/2017 com o pagamento de US\$ 202.750 pela Tereos Participação S.A..

Em 23 de fevereiro de 2017 foi finalizada a incorporação da Nova Fronteira pela São Martinho com o recebimento pela PBIO de 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de novas ações ordinárias emitidas pela São Martinho. Com essa transação, a Companhia passou a deter 6,593% das ações da São Martinho, em substituição à sua participação de 49% na Nova Fronteira. Em fevereiro de 2018, conforme detalhado na nota 27.2, todas as ações da São Martinho foram alienadas.

A alienação da participação da Guarani e a troca de ações da Nova Fronteira pela São Martinho estão alinhadas ao Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017-2021 da Petrobras, que prevê sua saída da atividade de produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento.

2. Entidades do Grupo

Em 31 de dezembro, a Companhia possuía participação nas seguintes entidades:

	2017		2016	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
Empreendimentos controlados em conjunto				
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Bioleão Industrial e Comercial S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	-	-	49,00%	49,00%
Belem Bioenergia Brasil S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Demais investimentos				
Bambuí Bioenergia S.A	8,40%	8,40%	28,67%	28,67%
Guarani S.A.	-	-	45,97%	45,97%

3. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, ajustado ao valor de mercado ao valor recuperável ou ao valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgadas na nota explicativa 5.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 06/04/2018, aprovou e autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

3.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

3.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia e de seus Empreendimentos Controlados em Conjunto e Coligadas no Brasil é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

As variações cambiais sobre os investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

4.1. Instrumentos financeiros

4.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.1.2. Títulos e valores mobiliários

Investimentos em títulos e valores mobiliários compreendem investimentos em títulos de dívida e patrimônio. Inicialmente mensurados ao valor justo, esses instrumentos são classificados e subsequentemente mensurados conforme abaixo:

- Valor justo por meio do resultado: incluem títulos adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou de recompra em prazo muito curto. Mensurados ao valor justo, cujas alterações são reconhecidas no resultado como receitas (despesas) financeiras;
- Mantidos até o vencimento: incluem títulos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva; e
- Disponíveis para venda: incluem títulos não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Mensurados ao valor justo cujas alterações são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, e reclassificadas para resultado do exercício quando o instrumento é desreconhecido ou realizado.

Alterações posteriores atribuíveis a juros, variação cambial e inflação são reconhecidas no resultado do exercício para todas as categorias, quando aplicáveis.

4.1.3. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas com crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de outros ativos financeiros não reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna a parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

4.1.4. Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia registra os instrumentos no reconhecimento inicial, com base nas estratégias da Administração, da seguinte forma:

- A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros não reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna a parte das disposições contratuais do instrumento.
- A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.
- A Companhia tem como passivos financeiros não derivativos os fornecedores, contas a pagar a empresas ligadas e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna a parte das disposições contratuais de instrumento, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. A Companhia baixa um passivo quando tem suas obrigações retiradas, canceladas ou vendidas.

4.2. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e compreende, principalmente, os estoques de oleaginosas e seus óleos, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

Os produtos contemplam, principalmente, biocombustíveis, que estão demonstrados pelo custo médio de produção ou aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

Os biocombustíveis compreendem, principalmente, os saldos de estoques de biodiesel.

Os materiais e suprimentos para manutenção e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

4.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

A Companhia participa em empreendimentos controlados em conjunto, sendo assim as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada e Empreendimento Controlado em Conjunto.

4.4. Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor, deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e não é amortizado. Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas, que não resultem em alteração de controle não são consideradas em uma combinação de negócios e, portanto, não reconhecidas diretamente no patrimônio líquido como transações de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

O ágio relativo à aquisição de participação em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto é segregado em "expectativa de rentabilidade futura - goodwill" e "mais valia de ativos", apresentados nas demonstrações financeiras no grupo investimento, sendo seu valor recuperável testado anualmente.

4.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são reconhecidos no ativo imobilizado quando os requisitos de reconhecimento são atendidos. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 12.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

4.6. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), sendo composto por softwares. Nas demonstrações financeiras, o ágio (goodwill) é apresentado no investimento.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como despesa no resultado do período em que foram incorridos, exceto os gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se uma avaliação contínua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

4.7. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGCs).

Os ativos vinculados à produção de biocombustíveis têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as sinergias do sistema Petrobras e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

4.7.1. Redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto - Impairment

A Companhia avalia os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto quando há indicativos de não recuperação do valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável, o valor contábil do investimento, incluindo o ágio, é comparado com o seu valor recuperável.

Geralmente, o valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado, proporcional à participação no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da coligada ou empreendimento controlado em conjunto, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições.

A reversão de perdas por redução ao valor recuperável é permitida.

4.8. Ativos classificados como mantidos para venda

Os ativos circulantes e eventuais passivos associados são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

A Petrobras aprovou um plano de desinvestimento e está estudando oportunidades de desinvestimentos em suas diversas áreas de atuação. A carteira de ativos para potencial alienação é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da Companhia.

Para a Companhia, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação for aprovada pela Administração, o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação, a classificação pode ser mantida.

Estes ativos e seus passivos associados devem ser mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda.

Todos os ativos classificados nessa categoria foram realizados em 2017.

4.9. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

4.10. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.11. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente tributante, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

4.12. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquidos dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A Companhia contribui para o plano com característica de contribuição definida, cujo percentual é baseado na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.13. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias que são classificadas como patrimônio líquido. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

4.14. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes das variações de hedge de fluxo de caixa e de ganhos e perdas atuariais em planos de pensão e saúde com contribuição definida, ajuste acumulado de conversão, bem como efeito no resultado de investimentos disponíveis para venda.

4.15. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

As subvenções governamentais para investimentos são reconhecidas como outras receitas ao longo do período, decorrente da redução de ICMS.

Os valores apropriados no resultado serão destinados à reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, quando for aplicável.

A Companhia possui incentivos fiscais em dois Estados a saber:

Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia — DESENVOLVE — instituído pela Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001, tem por objetivos de longo prazo complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial desse Estado.

Incentivo Fiscal Minas Gerais — Este incentivo firmado com o Governo do Estado de Minas Gerais/Secretaria Estadual de Fazenda, como contrapartida a investimentos realizados na unidade industrial situada no município de Montes Claros-MG, contempla diferimento de ICMS na aquisição de matérias primas e redução de saldo devedor do imposto.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou como receita com tais incentivos, o montante de R\$ 12.002 conforme nota explicativa 22.

4.16. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

As receitas com as vendas de biocombustíveis e outros produtos relacionados, são reconhecidas no resultado quando a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos e tampouco efetivo controle sobre tais bens e todos os riscos e benefícios inerentes ao produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente acontece no ato da entrega, de acordo com os termos do contrato de venda. As receitas de vendas de serviços de fretes e outros são reconhecidas em função de sua realização.

As receitas e despesas financeiras incluem, principalmente, receitas pela concessão de fianças, receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre eventuais atrasos em pagamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1. Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (Impairment)

A definição das unidades geradoras de caixa - UGC's envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão.

Alterações nas Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) identificadas pela Companhia podem resultar em perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos. Isto pode acontecer uma vez que a revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais pode resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGCs.

Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelo encerramento das operações da Usina de Quixadá-CE, que deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biodiesel e passou a ser testada isoladamente.

UGC da área de Biocombustível: i) UGC Biodiesel: conjunto de ativos que compõem as usinas próprias de Biodiesel. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima; e ii) investimentos em coligada e em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio (goodwill), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Outras informações sobre investimentos e redução ao valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 11 e 13.2.

5.2. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto — compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares — premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuárias.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 18.

5.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questõesíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 23.

5.4. Perdas em crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

6. Novas Normas e Interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

6.1. International Accounting Standards Board (IASB)

IFRS 9 — Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de Janeiro de 2018, entra em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard 9 — Financial Instruments* (IFRS 9), emitido pelo IASB em substituição ao pronunciamento IAS 39 — *Financial Instruments: Recognition and Measurement*.

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

Em geral, uma entidade deve aplicar o IFRS 9 retrospectivamente, conforme o IAS 8 — *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. No entanto, existem exceções a essa forma de aplicação inicial, previstas nas disposições transitórias do IFRS 9, de maneira que a representação de períodos anteriores não é compulsória quando da adoção inicial do pronunciamento. A Companhia não pretende reapresentar períodos anteriores em função da aplicação inicial do IFRS 9.

Classificação e mensuração

O IFRS 9 estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não prevê impactos materiais na classificação e mensuração de seus ativos financeiros quando da adoção inicial do IFRS 9.

Modificação de fluxo de caixa contratual

O IFRS 9 estabelece que se um instrumento financeiro mensurado a custo amortizado tiver seus termos modificados e essa modificação não for substancial, seu saldo contábil deverá refletir o valor presente descontado dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento quando da modificação dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à modificação, deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Em razão desse novo requerimento, a Companhia espera alterar sua política contábil aplicando os requerimentos de transição permitidos pelo IFRS 9.

Perda no valor recuperável (Impairment)

O modelo estabelecido pelo IFRS 9 para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo IAS 39 que é baseado nas perdas de crédito incorridas. A Companhia aplicou a nova metodologia na data base de 31 de dezembro de 2017 e não identificou perdas adicionais de *impairment* sobre ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 — Receitas de Contrato com Clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard 15 — Revenue from Contracts with Customers* (IFRS 15). Este pronunciamento emitido pelo IASB substitui uma série de pronunciamentos e interpretações, incluindo o pronunciamento IAS 18 — *Revenue*.

O objetivo do IFRS 15 é estabelecer os princípios que devem ser aplicados para que sejam apresentadas informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, à época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente, o que inclui maiores requerimentos de divulgação. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos com clientes, exceto quando a transação envolver permutas não monetárias entre entidades na mesma linha de negócios para facilitar vendas a clientes ou clientes potenciais, ou, quando a transação estiver no escopo de outro pronunciamento.

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

Os requerimentos do IFRS 15 estabelecem uma abordagem abrangente para determinar quando (ou a que medida) e por quais montantes receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas. Especificamente, o novo pronunciamento traz um modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRS 15, uma entidade deverá aplicar o pronunciamento: (i) retrospectivamente, a cada período anterior conforme o IAS 8 e sujeito a determinados expedientes práticos ou, (ii) retrospectivamente, com os efeitos cumulativos da aplicação inicial do pronunciamento reconhecidos na data de sua aplicação inicial. A Companhia pretende aplicar a segunda abordagem a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que não foram identificados efeitos cumulativos a serem reconhecidos nessa data.

IFRS 16 – "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 – Leases (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 – Leases; IFRIC 4 – Determining whether an Arrangement contains a Lease; SIC-15 – Operating Leases – Incentives; SIC-27 – Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos de arrendamento mercantil, exceto:

- Arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares;
- Arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance do IAS 41 – Agriculture mantidos por arrendatário;
- Acordos de concessão de serviço dentro do alcance do IFRIC 12 – Service Concession Arrangements;
- Licenças de propriedade intelectual concedidas por arrendador dentro do alcance do IFRS 15; e
- Direitos detidos por arrendatário previstos em contratos de licenciamento dentro do alcance do IAS 38 – Intangible Assets para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17. A Companhia está avaliando os impactos da adoção do IFRS 16 que poderá causar um aumento significativo de ativos e passivos no seu balanço patrimonial. A Companhia também está avaliando os potenciais efeitos no lucro líquido, no fluxo de caixa e nas notas explicativas.

6.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2017, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	IFRS 15 – Revenue from Contracts with Customers	1º de janeiro de 2018
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	IFRS 9 – Financial Instruments	1º de janeiro de 2018
CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil	IFRS 16 – Leases	1º de janeiro de 2019

7. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	2017	2016
Caixa e Bancos	288	565
	288	565

Títulos e valores mobiliários

	2017	2016
Ativo financeiro disponível para venda	463.200	-
	463.200	-

Os títulos classificados como disponíveis para venda se referem ao montante equivalente a 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de ações ordinárias emitidas pela São Martinho em substituição e na proporção das ações que detinhamos na investida Nova Fronteira, conforme nota explicativa 10.1.

8. Contas a receber, líquidas

	2017	2016
Terceiros	2.026	1.709
Partes relacionadas	130.016	143.788
Receíveis de ativos financeiros (i)	662.834	4.628
Outras	286	457
	795.162	150.582
(-) Ajuste a valor de mercado de estoques	(3.310)	(875)
Total	791.786	149.707

(i) Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 26.3.

9. Estoques

	2017	2016
Matéria-prima	347	325
Produtos intermediários	22.927	31.861
Produtos acabados *	15.995	14.304
Materiais	5.703	4.820
(-) Ajuste a valor de mercado de estoques	(486)	(1.410)
Total	44.486	49.892

* Biodiesel, glicerina, borra de refino e édio gaxo.

10. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias

Os Planos de Negócios e Gestão da Petrobras e da Companhia preveem parcerias estratégicas e desinvestimentos. A carteira de ativos para potencial alienação é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios e, por essa razão, a condição para a classificação de ativos como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação for aprovada pelo Conselho de Administração.

10.1. Venda de ativos

Venda da Nova Fronteira

Em 15 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou acordo com o Grupo São Martinho para Incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A. pela São Martinho.

A Companhia recebeu 24.000.000 (vinte e quatro milhões) ações ordinárias, emitidas pela São Martinho, representando 6,593% do capital votante. Essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em 12 de janeiro de 2017.

A Companhia reconheceu perda de R\$ 99.518, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 pela diferença entre o valor justo dos ativos e seu valor contábil.

Essa negociação foi aprovada pelo conselho de administração da Petrobras e na Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia em 15 de dezembro de 2016.

Em 23 de fevereiro de 2017, a operação foi concluída e as ações foram classificadas como ativo financeiro disponível para venda.

Em 27 de dezembro de 2017, foi deliberado em AGE da Companhia a autorização da venda das ações da São Martinho em lote de ações (modalidade block trade). A partir dessa autorização, tais ações podem ser negociadas a qualquer momento, conforme estratégia definida por sua Controladora.

Em fevereiro de 2018, conforme detalhado na nota 27.2, todos as ações da São Martinho foram alienadas.

Venda da Guarani

Em 28 de dezembro de 2016 a Companhia, celebrou a venda da Guarani S.A. na totalidade de sua participação (45,97%), para a Tereos Participations S.A.S, pelo valor de US\$ 202.750. Essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em 18 de janeiro de 2017.

Essa operação gerou uma perda de R\$ 235.191, registrada no resultado de participações em investimentos, em dezembro de 2016.

Essa negociação foi aprovada pelo CA da Petrobras e na AGE da Companhia em 28 de dezembro de 2016 e a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em 18 de janeiro de 2017.

Em 3 de fevereiro de 2017, a operação de venda foi concluída após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato e em decorrência desta operação, foi reclassificada para resultado, como outras despesas líquidas, um ganho de R\$ 132.102, oriundo da apreciação cambial do Metical moçambicano frente ao Real, acumulada desde a aquisição do investimento e anteriormente reconhecida no patrimônio líquido como ajuste acumulado de conversão, compensado pela reclassificação do saldo de R\$ 69.332 referente a hedge de fluxo de caixa, conforme nota explicativa 22.

11. Investimento

11.1. Mutação dos Investimentos

Empresa	2016	Aporte Aquisição	Resultado de Equivalência	Impairment/Reversão		Amortização da mais valia de ativos	2017
				Participação	Ágio e Mais Valia		
Biodiesel Industrial e Comercial S.A.	-	-	(1.981)	1.981	-	-	-
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	42.753	-	18.916	-	46.447	(299)	107.817
Belem Bioenergia Brasil S.A.	-	110.232	(182.959)	72.727	-	-	-
Total	42.753	110.232	(166.024)	74.708	46.447	(299)	107.817

As investidas Belem Bioenergia Brasil S.A. e Biodiesel Industrial e Comercial S.A. estão com impairment integral desde 2016 e os registros gerados no ano de 2017 trata-se de ajustes contábeis que se anulam entre as linhas de equivalência patrimonial e Impairment não tendo impacto, portanto, no resultado final da Companhia.

11.2. Informações sobre as Investidas

31 de dezembro de 2017						
Empreendimentos controlados em conjunto	Capital subscrito	Ações Ordinárias em milhares	% de Participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
Biodiesel Industrial e Comercial S.A.	20.440	20.440	50,00%	(16.588)	(11.192)	
BSBios Ind. e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.	158.516	6.481	50,00%	97.837	38.347	
Belem Bioenergia Brasil S.A.	983.934	983.934	50,00%	442.113	(61.705)	
Dados Investimentos	188.562	748.801	8,40%	(97.662)	(86.725)	

11.3. Informações Contábeis Resumidas de Empreendimentos Controlados em Conjunto

Empreendimentos controlados em conjunto		Pais
Ativo Circulante	808.635	808.635
Ativo Realizável a Longo Prazo	77.819	77.819
Imobilizado	350.356	350.356
Outros Ativos Não Circulantes	358.859	358.859
	1.195.669	1.195.669
Passivo Circulante	274.904	274.904
Passivo não Circulante	387.403	387.403
Patrimônio Líquido	523.362	523.362
	1.185.669	1.185.669
Receita Operacional Líquida	2.043.519	2.043.519
Prejuízo Líquido do Exercício	(34.550)	(34.550)
Percentual de Participação Mínimo	50,00%	50,00%
Percentual de Participação Máximo	50,00%	50,00%

12. Imobilizado

O ativo imobilizado até 31 de dezembro de 2017 estava representado da seguinte forma:

	Terrenos, edificações e beneficiárias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	82.831	5.626	9.833	98.290
Adições	1.176	1.465	5.130	7.771
Baixas	97	(35)	-	62
Transferências	7.054	-	(7.054)	-
Depreciação	(4.522)	(908)	-	(5.430)
Impairment - reversão	4.175	-	-	4.175
Saldo em 31 de dezembro de 2016	90.789	6.148	7.929	104.866
Custo	122.512	11.257	7.929	141.698
Depreciação acumulada	(31.723)	(5.109)	-	(36.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	90.789	6.148	7.929	104.866
Adições	-	2.128	895	3.023
Baixas	-	(27)	-	(27)
Transferências	278	(264)	(14)	-
Depreciação	(1.655)	(853)	-	(2.508)
Impairment - constituição	(6.518)	(519)	(642)	(7.679)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	82.894	6.613	8.168	97.675
Custo	116.272	12.575	8.168	137.015
Depreciação acumulada	(33.378)	(5.962)	-	(39.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	82.894	6.613	8.168	97.675

Tempo de vida útil médio em anos (25 a 50 anos) (10 a 30 anos) (exceto terrenos)

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados inicialmente ao seu valor de custo, complementado pelos gastos necessários à sua instalação e funcionamento. O valor de realização é testado anualmente para eventuais ajustes em seu custo, caso seja necessário. A depreciação é calculada pelo método linear, pela taxa equivalente ao seu tempo de vida útil estimado.

As beneficiárias referem-se à ampliação da capacidade de produção das usinas de biodiesel, de propriedade da Petrobras. Essas usinas estão arrendadas pela Companhia e são regidas por um contrato de arrendamento onde não são previstas quaisquer devoluções de valores gastos em beneficiárias pela Companhia.

As beneficiárias realizadas pela Companhia são depreciadas pela sua vida útil, seguindo o pressuposto da renovação automática do contrato, conforme política contábil da Petrobras.

Os gastos relacionados aos ativos em construção, que totalizam em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$8.168 (2016 – R\$7.929) referem-se, principalmente: (i) melhorias nas usinas de biodiesel visando a otimização e o aumento da confiabilidade nas unidades de pré-tratamento, transesterificação e off-site; (ii) adequações do parque de tanques; e (iii) ampliações nas instalações prediais.

13. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

13.1. Imobilizado

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados com índice de desvalorização, a Companhia priorizou o emprego do método de valorização das unidades geradoras de caixa – UGC) a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo ou do conjunto de ativos que compõem a UGC; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; e (iii) taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital – WACC) pós imposto. A definição de unidades geradoras de caixa (UGCs) está descrita na nota explicativa 4.7.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso das UGCs foram: (i) taxa de desconto de 8,3% para 2017 (10,2% - 2016); (ii) aplicação da nova curva de câmbio aos preços em dólar projetados para o óleo de soja e a curva de preços de biodiesel projetada em reais; (iii) aplicação de novos spreads em relação ao óleo de soja Paranaíba e em relação ao biodiesel, média Brasil, devido a novas condições de mercado.

Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelo encerramento das operações da Usina de Quaiá-CE, que deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biodiesel e passou a ser testada isoladamente. A nova UGC é composta pelas usinas de Montes Claros e Candeias. Adicionalmente, a Companhia identificou, em função da mudança de UGC, a necessidade de testes de perda por desvalorização para determinados ativos e unidades geradoras de caixa. As perdas oriundas dos testes realizados foram reconhecidas em outras despesas líquidas.

Os resultados dos testes são apresentados a seguir:

31 de dezembro de 2017			
Ativo	Valor contábil líquido	Valor Recuperável	Reversão/(Perda) por desvalorização
Usinas de Biodiesel	99.468	91.789	(7.679)
31 de dezembro de 2016			
Ativo	Valor contábil líquido	Valor Recuperável	Reversão/(Perda) por desvalorização
Usinas de Biodiesel	101.723	105.896	4.173

13.2. Investimento em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (incluindo ágios)

Nas avaliações de recuperabilidade dos investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto, incluindo ágios, foi utilizado o método do valor em uso, a partir de projeções que consideram: horizonte de projeção do intervalo de 5 a 15 anos, com perpetuidade sem crescimento; premissas e orçamentos aprovados pela administração da Companhia e suas investidas; e taxa de desconto pré-imposto (em termos reais), que deriva do WACC pós imposto.

A avaliação dos investimentos resultou na reversão de R\$ 46.447, apurada pela avaliação do teste de Impairment, decorrente principalmente: (i) Aumento na capacidade de produção; e (ii) Redução da taxa de desconto de 10,2% para 8,3%.

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

A seguir são apresentadas as perdas dos investimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

31 de Dezembro 2017			
Investimento	Atividade	Taxa de desconto pós-imposto (moeda constante a.a.)	Reversão por valorização
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	Biodiesel e Suprimento Agrícola	8,3%	46.447
Total			46.447
31 de Dezembro 2016			
Investimento	Atividade	Taxa de desconto pós-imposto (moeda constante a.a.)	Perda por desvalorização
Biodiesel Industrial e Comercial S.A.	Biodiesel e Suprimento Agrícola	10,2%	(3.620)
Belem Bioenergia Brasil S.A.	Biodiesel e Suprimento Agrícola	10,2%	(48.944)
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	Biodiesel e Suprimento Agrícola	10,2%	(46.447)
Bambuí Bioenergia S.A.	Etanol	10,2%	1.820
Guarani S.A.	Etanol	10,2%	(359.056)
Total			(456.247)

13.5. Mantidos para venda

31 de Dezembro 2017			
Mantidos para Venda	Valor contábil	Valor de venda	Perda por desvalorização
Guarani S.A.	658.338	651.654	(26.684)
Nova Fronteira S.A.	468.000	454.800	(13.200)
Total			(39.884)

31 de Dezembro 2016			
Mantidos para Venda	Valor contábil	Valor de venda	Perda por desvalorização
Guarani S.A.	893.529	658.338	(235.191)
Nova Fronteira S.A.	567.518	468.000	(99.518)
Total			(334.709)

14. Fornecedores

	2017	2016
Terceiros no país	43.680	56.277
Terceiros no Exterior	-	4.284
Partes relacionadas	14.641	45.295
	58.321	105.856

15. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos eram compostos como segue:

	2017	2016
Ativo		
Circulante:		
Petróleo Brasileiro (i)	121.525	135.285
Outras	8.491	8.505
	130.016	143.790
Passivo		
Circulante:		
Petróleo Brasileiro (ii)	9.656	38.724
Outras	4.985	6.571
	14.641	45.295

Resultado

Receita Líquida de vendas Petróleo Brasileiro (iii)	676.462	806.548
Despesas compartilhadas Petróleo Brasileiro (iv)	(72.077)	(90.263)

Resultado financeiro, líquido Petróleo Brasileiro (v)	217.753	147.712
--	---------	---------

- (i) Os créditos junto ao acionista controlador, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, são provenientes das vendas de biodiesel negociadas em leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;
- (ii) O saldo a pagar refere-se, principalmente, a provisão de salários e encargos de empregados da Petrobras, cedidos ou prestadores de serviços à Companhia;
- (iii) A venda de biodiesel para a Petrobras representa 100% do volume total nos exercícios de 2017 e 2016;
- (iv) Os valores referem-se, principalmente, aos gastos com profissionais cedidos (2017 - R\$ 29.900 e 2016 - R\$ 51.823), gastos com arrendamento das usinas de biodiesel (2017 - R\$ 20.722 e 2016 - R\$ 19.354), os custos compartilhados (2017 - R\$ 13.725 e 2016 - R\$ 9.197), gastos com compartilhamento de custos e despesas - CCDD (2017 - R\$ 7.652 e 2016 - R\$ 8.889); e
- (v) Os valores referem-se, principalmente, às receitas oriundas das operações de fiança (2017 - R\$ 222.224 e 2016 - R\$ 151.982) e despesas, com a atualização do atraso no pagamento de gastos com pessoal cedido, arrendamento e contrato de compartilhamentos de custos e despesas - CCDD.

15.1. Garantias

A Companhia firmou, a partir de dezembro de 2013, com sua controladora Petrobras, contrato de prestação de fiança assumindo a responsabilidade como principal pagadora dos tributos federais suspensos (IN SRF nº 1.361/2013 e 1.415/2013), relativos aos equipamentos admitidos no País na condição de Admissão Temporária sob o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural.

A Petrobras, remunera a Companhia com o valor equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos de cento) ao ano *pro-rata* sobre o montante de tributos suspensos. No exercício de 2017 foi auferida a receita de R\$ 222.224 (2016 - R\$ 151.982), conforme nota explicativa 24.

As garantias concedidas pela Companhia apresentam os seguintes saldos a liquidar:

	2017	2016
2018	1.612.689	1.224.898
2019	4.945.997	4.459.647
2020	24.302.377	15.709.125
2021	-	63.929
2022	-	-
2023 em diante	510.572	326.798
	31.371.635	18.457.568

No exercício de 2017, a remuneração atribuída à diretoria executiva e aos conselheiros totalizava o valor de R\$ 3.911 (2016 - R\$ 4.594).

16. Tributos

16.1. Tributos correntes

A conta de impostos e contribuições correntes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 se compõe de:

	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
ICMS	6.318	5.678	667	1.672
PIS/COFINS	35.228	25.705	-	-
IRRF	12.486	1.129	-	384
IPI	2.084	1.658	-	-
Outros tributos	355	311	129	160
Total	59.771	34.481	796	2.216

Circulante	52.523	26.772	796	2.216
Não circulante	7.248	7.709	-	-

16.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2017	2016
Lucro (prejuízo) do exercício	158.834	(885.864)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(54.004)	301.194
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Incentivos fiscais	4.081	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	99.690	(284.339)
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	(71.108)	(16.855)
Outros (**)	21.341	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	100.000	100.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-

(*) Inclui equivalência patrimonial.

(**) Realização de resultado abrangente por alienação da investida Guarani.

Em 31 de dezembro de 2017, o prejuízo fiscal do imposto de renda e da base negativa da contribuição social, acrescidos das diferenças temporárias totalizavam, respectivamente, R\$ 2.210.588 e R\$ 2.211.135 (2016 - R\$ 1.345.736 e R\$ 1.346.256). A Companhia não efetuou o registro do ativo fiscal diferido por não atender cumulativamente as condições estabelecidas no CPC 32.

17. Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC

A Companhia possui um limite de R\$ 50.000 para antecipação de recebíveis, junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), exclusivo para as operações do Sistema Petrobras.

O processo de antecipação de recebíveis é gerido pelo Caixa Nacional da Controladora com um custo de 100,5% do CDI por operação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui créditos tomados junto ao FIDC.

18. Benefícios concedidos a empregados

18.1. Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano foi implementado pela Companhia, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável, sem assunção do serviço passado.

O plano de contribuição definida possui uma parcela de benefício definido que refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2017, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 2.333 (2016 - R\$ 1.990).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2018 conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição será destinada para a conta individual do participante.

Com a adoção da lei nº 13.135/2015, os cônjuges com menos de 44 anos deixam de ter direito à pensão vitalícia e passam a seguir uma tabela de progressão. Nesse sentido, houve o reconhecimento de uma receita atuarial com custo do serviço passado.

A contribuição esperada da Companhia para 2018 é de R\$ 2.241, referente à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2017 é de 20,24 anos.

18.2. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras Biocombustível S.A. mantém um plano de assistência médica (AMS) pós-emprego a todos os seus empregados a partir de 1º de setembro de 2014.

O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmacêutico que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2017 é de 40,81 anos.

Resoluções CGPAR

Em 18 de dezembro de 2018, a Comissão Internacional de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), através das resoluções CGPAR nº 22 e 23 de 18 de janeiro de 2018, estabeleceu diretrizes e parâmetros de governança e de limites de custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão.

O objetivo principal das resoluções é viabilizar a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de saúde das empresas estatais.

A Companhia tem até 48 meses para adequação do seu plano de saúde AMS às novas regras e está avaliando os impactos que a implementação da Resolução CGPAR nº 23 poderá causar, dentre eles, uma provável redução no passivo atuarial, tendo em vista a mudança da regra de participação da empresa no custeio do plano, que passará a respeitar limite paritário, entre a Companhia e os participantes.

(a) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Obrigação atuarial no início do exercício	2.738	3.269	833	1.212
Custo do serviço corrente	539	1.098	292	602
Custo dos juros	296	355	121	178
Remensuração (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	(738)	32	(107)	37
Remensuração (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(102)	(35)	(317)	(52)
Remensuração (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	544	(333)	1.926	1.292
Custo de Serviço Passado - Redução do Plano	-	-	-	-
Obrigação atuarial no fim do exercício	3.271	4.386	2.738	3.269

(b) Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Ativos do plano no início do exercício	-	-	-	-
Receita de juros	-	-	-	-
Rendimento sobre os Ativos (Maior)/Menor que a Taxa de Desconto	(37)	-	-	-
Ativos do plano no fim do exercício	(37)	-	-	-

(c) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Não circulante				
Valor presente das obrigações	3.277	4.386	2.738	3.269
Valor Justo dos Ativos do Plano	(37)	-	-	-
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	3.240	4.386	2.738	3.269

(d) Movimentação do passivo atuarial líquido

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	2.738	833
(+) Efeitos remens. reconhecidos em outros resultados abrangentes	(333)	(336)
(-) Custos incorridos no exercício	835	1.453
(-) Custo de Serviço Passado - Redução do Plano	-	-
Saldo em 31 de dezembro	3.240	2.738

(e) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Taxa nominal de desconto (% a.a.)	9,63	9,59	10,84	10,87
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos (% a.a.)	9,63	-	10,84	-
Taxa nominal de crescimento salarial (% a.a.)	5,04	-	7,57	-
Taxa nominal de reajuste de benefícios do plano (% a.a.)	3,96	3,96	4,87	4,87
Inflação (% a.a.)	3,96	3,96	4,87	4,87
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos (% a.a.)	-	11,30 a 4,50	-	13,91 a 4,00

19. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 4.378.444 (2016 - R\$ 4.340.218), está representado por 437.844.373 ações ordinárias (2016 - 434.021.773 ações ordinárias) sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 20 de março de 2017, foi efetuado aumento de capital no montante total de R\$ 38.226, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, conforme poderes outorgados pelo acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

O saldo remanescente de ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 12.102 refere-se, principalmente, a realização da operação de hedge de fluxo de caixa e ajuste acumulado de conversão na alienação da investida Guarani de (R\$62.770), e ao resultado ainda não realizado nas atualizações do ativo financeiro disponível para venda no montante de R\$ 8.400, no exercício de 2017.

O lucro do ano de 2017 foi de R\$ 158.834, decorre, principalmente, pelo resultado financeiro R\$ 277.054, destacando as receitas nas operações de fiança, compensado pelo prejuízo antes do resultado financeiro líquido (R\$ 33.169) e com o Resultado de participações em investimentos (R\$ 85.051).

20. Receita de Vendas de Produtos

	2017	2016
Receita bruta de vendas	787.494	969.543
Encargos de vendas	(105.413)	(130.907)
Receita líquida de vendas	682.081	838.636

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

21. Custo do produto vendido e despesas por natureza

	2017	2016
Depreciação e amortização	(2.543)	(5.463)
Despesas com pessoal (i)	(69.548)	(84.519)
Matérias-primas / produtos adquiridos	(635.675)	(850.103)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(73.950)	(78.615)
Perda na recuperação de ativo	(7.679)	4.173
Incentivos fiscais	12.002	19.662
Tributárias	(19.546)	(8.251)
Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido - AVRL (ii)	932	53
Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	132.102	-
Realização de fluxo de caixa - Hedge	(69.332)	-
Impostos e taxas	-	(327)
Outros	17.987	(4.377)
	(715.250)	(1.007.767)

Custo do produto vendido	(708.340)	(919.896)
Despesas com vendas	(6.288)	(5.608)
Despesas gerais administrativas	(71.960)	(83.266)
Despesas tributárias	(19.546)	(8.251)
Outras receitas, líquidas	90.884	9.254

(i) Incluiu a remuneração atribuída à diretoria executiva e conselheiros no valor de R\$ 3.911 (2016 - R\$ 4.594); e

(ii) Ajuste a valor de mercado - AVM reflete a diferença apurada entre os custos de produção, destacando-se a aquisição de matéria-prima, com os preços de realização líquidos das despesas de venda, registrados em custo.

22. Outras receitas, líquidas

	2017	2016
Assistência técnica e sementes	(777)	(2.750)
Incentivos Fiscais (i)	12.002	19.662
Perda de recuperação de ativos	1.303	4.173
Ociosidade	(1.930)	(9.348)
Ganho e provisão judicial (ii)	24.243	(3.287)
Baixa do ajuste acum. Conversão (iii)	132.102	-
Baixa do hedge fluxo de caixa (iii)	(69.332)	-
Outras despesas	(6.727)	784
	90.884	9.254

(i) Receita de subvenção governamental de investimento sobre o ICMS nos estados da Bahia e Minas Gerais;

(ii) Ganho do pagamento, pela Tereos Participations, de contingências judiciais (R\$ 25.373), na venda da investida Guarani; e

(iii) Realização do Ajuste Acumulado de Conversão e Hedge Fluxo de Caixa na venda da investida Guarani.

23. Processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. Os processos judiciais prováveis provisionados, são apresentados a seguir:

	2017	2016
Passivo não circulante		
Processos Trabalhistas	2.406	2.441
Processos Fiscais	351	165
Processos Cíveis	18	12
	2.775	2.618

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para a qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2017, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	2017	2016
Processos Trabalhistas	5.972	5.850
Processos Fiscais (i)	118.910	129
Processos Cíveis	728	728
	125.610	6.707

(i) Refere-se ao auto de infração no valor de R\$ 117.673 apontando como supostas irregularidades a "utilização indevida de créditos de PIS e COFINS e a "glosa de créditos de "PIS e COFINS" (saldo credor remanescente). Contudo, a PBIO é uma empresa que apura imposto de renda pelo lucro real e, portanto, apura e recolhe PIS/COFINS pelo regime de incidência não-cumulativa desses tributos.

24. Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas Financeiras sobre fiança (*)	222.224	151.982
Receitas de Aplicações Financeiras	57.357	2.719
Rec. Financeiras - contas a receber vendas	9	90
Juros Recebidos de Clientes	6.821	140
Despesas Financeiras - Terceiros	(166)	(105)
Despesas Financeiras - Partes Relacionadas	(1.317)	(9.742)
Varição Cambial e Monetária	(7.874)	210
	277.054	145.294

(*) Detalhamento na nota explicativa 15.1

25. Compromissos

Convênios: Petrobras Biocombustível e Entidades Governamentais

No âmbito da sua atuação no semiárido, a Companhia firmou um Convênio com o Governo estadual da Bahia, em janeiro de 2014, e dois com o Governo do Ceará, em dezembro de 2013, objetivando o atendimento de agricultores e aquicultores familiares contratados para fornecimento de oleaginosas.

Com o Governo do Estado da Bahia foi firmado um compromisso para incrementar a produção agrícola com assistência técnica e preparo mecanizado de solo, oferecidos a 8.700 agricultores familiares fornecedores de grãos de mamona, girassol e óleo de dendê. Ressalta-se que não houve repasse financeiro entre os participantes.

O Convênio celebrado com o Estado do Ceará prevê atendimento a 6.000 agricultores familiares fornecedores de grãos de mamona através de assistência técnica, preparo mecanizado de solo e adubação com foco no aumento da produção e da produtividade.

Estes convênios não obrigam a transferência de recursos financeiros entre os participantes, não gerando qualquer obrigação financeira para a Companhia. Os compromissos firmados envolvem recursos totais de aproximadamente R\$ 7.674 (Bahia), em 40 meses e R\$ 2.967 (Ceará) em 36 meses, mediante o fornecimento das oleaginosas.

Com o Governo do Estado do Ceará, foi firmado novo convênio de 24 meses, em dezembro de 2014, com a Secretaria da Pesca e Aquicultura do Ceará (SPA/CE), sem transferência de recursos financeiros, visando a prestação de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA) a 689 piscicultores que atuam nos açudes do Castanhão e Orós, fornecedores do óleo presente nas vísceras de peixe (ou OGR de Peixe), para fins de contabilização do Selo Combustível Social e produção de biodiesel.

A safra 2015/2016 (ano fiscal 2016) foi a última abrangida pelos convênios celebrados com os Estados da Bahia e Ceará, sendo que o número de agricultores familiares atendidos e considerados para fins de Selo Combustível Social foram de 806 agricultores produtores de mamona e 29 produtores de peixes. Os números desta safra ficaram abaixo da expectativa inicial devido às adversidades climáticas que ocorreram nas áreas de atuação da companhia.

Em 2017 não tivemos nenhum convênio celebrado com órgãos públicos.

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

26.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Durante os exercícios de 2017 e 2016 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro:

	2017	2016
Instrumentos financeiros		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	288	565
Contas a receber	791.786	149.707
Ativo financeiro disponível para venda	463.200	-

Passivos

Fornecedores		
Terceiros	43.680	60.561

26.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

26.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

26.3.1. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco, consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

26.3.2. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto e longo prazos, transações de vendas e aportes da controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da Companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

26.3.3. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

26.3.4. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia não tem fluxos operacionais em outras moedas.

26.4. Seguros (não auditado)

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas de biodiesel possuem cobertura de seguro com a empresa Chubb Seguradora S.A., com vigência de 30 de novembro de 2016 até 31 de maio de 2018, com riscos cobertos no valor de R\$ 196.063 e valor de franquia de R\$ 2.000.

27. Eventos subsequentes

27.1. Investimento:

Em 05 de fevereiro de 2018, a Petrobras em continuidade ao fato relevante divulgado em 14 de dezembro de 2017, informou o início da fase não vinculante referente ao processo de alienação de 100% da participação detida pela Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO na empresa B5Bios Ind. E Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A., que corresponde a 50% do capital da empresa.

Nesta etapa do projeto, os interessados habilitados na fase anterior e que assinaram o Acordo de Confidencialidade e a Declaração de Conformidade, receberam um memorando descritivo contendo informações mais detalhadas sobre os ativos em questão, além de instruções sobre o processo de desinvestimento, incluindo as orientações para elaboração e envio das propostas não vinculantes.

27.2. Instrumento financeiro disponível para venda

Em 16 de fevereiro de 2018, a Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO alienou, nesta data, por meio de leilão na B3, 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de ações da São Martinho S.A. (SMT03) detidas pela companhia, ao preço de R\$ 18,51 (dezoito reais e cinquenta e um centavos) por ação.

A companhia esclarece ainda que, com essa venda, a sua participação de 6,593% no Capital Social total da São Martinho S.A. foi encerrada.

27.3. Diluição do investimento Bioóleo

Em 13 de março de 2018, o acionista da Bioóleo Comercial e Industrial S.A., realizou o aumento de capital de R\$ 1.480, gerando a diluição de participação societária da PBIO (de 50,00% para 6,0674%). A diluição está em linha com o plano estratégico da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa 1.

A Companhia esclarece que essa negociação está sujeita à autorização do Juiz da 4ª Vara de Feitos de Relações de Consumo, Cível e Comerciais - Feira de Santana.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JORGE CELESTINO RAMOS
Presidente

LUIZ FERNANDO MARINHO NUNES
Conselheiro

CARLOS FELIPE GUIMARÃES LODI
Conselheiro

RICARDO GREENHALGH BARRETO NETO
Conselheiro

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

RICARDO GREENHALGH BARRETO NETO
Presidente

LAIR JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA
Diretor

ROBSON HONORATO
Contador
CRC-RJ-086473/O-7

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Petrobras Biocombustível S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Biocombustível S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transação com partes relacionadas

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação, datado de 3 de abril de 2017.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJAnderson C. V. Dutra
Contador CRC RJ-093231/O-6**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. (06 DE ABRIL DE 2018)**

O Conselho Fiscal da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, bem como a proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2017. Com base nos exames efetuados pelos conselheiros, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, com data de 06 de abril de 2018 o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos encontram-se em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2018.

José de Melo
PresidenteSolange Arantes Dornela
ConselheiraErnesto Carneiro Preciado
Conselheiro

DOCUMENTOS CLASSIFICADOS COMO SIGILOSOS

- Anexo 2: Nota Técnica e Apresentação do Plano de Negócios e Gestão – 2018-2022;**
- Anexo 2.1: Apresentação PGN 2018-2022;**
- Anexo 3: Nota Técnica e Apresentação do Plano Anual de Negócios – 2018 e Proposta de Indicadores de Gerenciamento de Desempenho por Resultado (GDR)-2018; e**
- Anexo 3.1: Apresentação ao Conselho de Administração – PAN 2018.**

Anexo 4

Metas de Desempenho exercício de 2018

Apresentação ao Conselho de Administração

**Proposta de Indicadores de Gerenciamento de
Desempenho por Resultado (GDR) - 2018**

Petrobras Biocombustível



GDR 2018 - Objetivos

- Inclusão de métrica de resultados operacionais no processo de avaliação do desempenho (GD) dos empregados;
- Maior reforço à meritocracia;
- Torna mais fácil visualizar a ligação entre o desempenho do indivíduo e o desempenho da Companhia;
- Reforça a importância de metas realistas e que representem de fato a realidade do negócio.

Descrição dos Indicadores do GDR 2018

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL DA PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL			
PERSPECTIVA	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	APURAÇÃO
Operacional	Índice de Volume de Biodiesel Entregue / Vendido nos Leilões da ANP	Entregar 90% do volume de biodiesel vendido nos leilões da ANP (inclui somente usinas próprias). Realização deve ser maior ou igual a meta.	Desempenho
Operacional	Custo de Cobertura do Selo Combustível Social	O Selo Combustível Social (SCS) é condição necessária para comercialização em leilões do biodiesel da ANP. A meta é que o custo de Respaldo no Semi-Árido seja igual ou menor ao custo do Respaldo no Rio Grande do Sul. Fórmula: $[(\text{Custo por m}^3 \text{ Realizado}) / (\text{Custo por m}^3 \text{ de Referência})] \times 100\%$	DAGRI
Financeiro	IEO - Índice de Eficiência Operacional	Expressa a relação entre despesas de pessoal e as receitas médias obtidas com a atividade operacional da empresa. Fórmula: $(\text{Gastos de Pessoal} + \text{Encargos} + \text{Benefícios}) / \text{Receita Operacional Líquida}$	Desempenho
SMS	VAZO (m³)	Volume de óleo (petróleo e derivados, inclusive petroquímicos) liberado acidentalmente para o meio ambiente (em corpos hídricos e em solo não impermeabilizado), em ocorrências com vazamentos acima de 01 (um) barril (0,20 m³), mesmo que tenha sido completamente recuperado.	SMS
SMS	TAR - Taxa de Acidentados Registráveis	Número de Acidentados Registráveis de classe 2,3 e 4 por 1 milhão de horas-homem de exposição ao risco.	SMS
Financeiro	Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG)	Compreende ao percentual de realização do orçamento planejado dos Gastos Operacionais Gerenciáveis (Contas 42 a 45) para o ano de 2018.	Desempenho



Indicadores de Desempenho – GDR 2018

	Indicadores GDR 2018	Meta	Peso
↑	Índice de Volume de Biodiesel Entregue / Vendido nos Leilões da ANP	90%	20%
↓	Custo de Cobertura do Selo Combustível Social	100%	10%
↓	IEO – Índice de Eficiência Operacional	12%	20%
↓	VAZO (m³)	0,00	10%
↓	TAR - Taxa de Acidentados Registráveis	2,40	10%
↓	Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG)	100%	30%
	Consolidado		100%

PRV 2018 – Objetivos

- A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) através do Ofício 390/2017-MP de 15/09/17 estabeleceu regras para o Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) para os dirigentes das empresas públicas e de suas subsidiárias;
- A Petrobras através do DIP RH/RRH/REE 108/2017 de 09/10/17 aprovou a proposta de RVA 2018 da empresa, denominado internamente como PRV;
- O regulamento do PRV da PBIO estabeleceu que as metas propostas aos dirigentes não podem ser menos rigorosas que as metas propostas aos empregados para a distribuição de Participação dos Lucros e Resultados (PLR). Como a PBIO não possui indicadores para distribuição de PLR, mas sim o GDR, estes foram revisados para conferir o máximo de alinhamento com a *holding*;
- Adicionalmente, a proposta de meta atendeu a seguinte regra: “valor do último exercício ou a média dos últimos 5 anos, a que for mais desafiadora”;
- As condições necessárias para o pagamento do PRV são:
 - Lucro líquido contábil positivo em 2018;
 - Pagamento de PLR dos empregados em 2019;
 - Pagamento de dividendos ou JCP aos acionistas em 2019;
 - VAZO (Volume de Vazamentos e Óleos Derivados) igual a zero;
 - EBITDA > que a Meta definida para 2018.

Indicadores de PRV PBIO 2018

	Indicadores PRV 2018	Meta	Peso
↑	Índice de Volume de Biodiesel Entregue / Vendido nos Leilões da ANP	94%	3%
↓	Custo de Cobertura do Selo Combustível Social	71%	3%
↓	IEO – Índice de Eficiência Operacional	11%	3%
↓	VAZO (m3)	0,00	10%
↓	TAR – Taxa de Acidentados Registráveis	2,40	31%
↓	Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG)	100%	11%
↑	EBITDA	-R\$ 82,0 milhões	30%
↑	Conformidade de Envio de Informações ao SEST	n/a	5%
↑	Avaliação da DE pelo CA	n/a	5%
	Consolidado		100%

Indicadores de GDR x PRV PBIO 2018 – Comparativo

	Indicadores PRV & GDR 2018	Metas PRV	Peso	Metas GDR	Peso	Justificativas
↑	Índice de Volume de Biodiesel Entregue / Vendido nos Leilões da ANP	94%	3%	90%	20%	PRV - Meta 5 anos; GDR: Limite mínimo de retirada de volume estabelecido pela ANP às distribuidoras
↓	Custo de Cobertura do Selo Combustível Social	71%	3%	100%	10%	PRV - Valor realizado em 2017; GDR: A meta é ficar menor ou igual ao custo do Respaldo do SCS no Sul.
↓	IEO - Índice de Eficiência Operacional	11%	3%	12%	20%	PRV - % realizado em 2017; GDR: % estabelecido no PAN 2018
↓	VAZO (m³)	0,00	10%	0,00	10%	Indicador foi ajustado no GDR para ficar igual ao PRV
↓	TAR - Taxa de Acidentados Registráveis	2,40	31%	2,40	10%	Indicador foi ajustado no GDR para ficar igual ao PRV
↓	Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG)	100%	11%	100%	30%	Indicador foi ajustado no GDR para ficar igual ao PRV
↑	EBITDA	-R\$ 82,0 milhões	30%			GDR não considera metas de resultado financeiro em alinhamento com as metas da Petrobras
↑	Conformidade de Envio de Informações ao SEST	n/a	5%			Não aplicável
↑	Avaliação da DE pelo CA	n/a	5%			Não aplicável
	Consolidado		100%		100%	

- **Observação:** O valor do Custo de Cobertura do Selo Combustível Social realizado em 2017 igual a 71% foi resultado de uma conjuntura atípica explicada por uma super safra da soja e alto preço da mamona.

Petrobras Biocombustível
PBIO-PRES/PD
Conta: Chave: ZBS3
Rota: 817-4775

Anexo 5
Metas de Resultado Petrobras
Biocombustível S.A. - período
2013 a 2017

Indicador	2013	2014	2015	2016	2017
Índice de Volume de Biodiesel Entregue / Vendido nos Leilões da ANP	91%	94%	90%	97%	100%
Índice de cobertura do Selo Combustível Social (%)	143%	103%	147%	119%	128%
IEO - Índice de Eficiência Operacional	12%	17%	15%	10%	11%
TAR - Taxa de Acidentes Registráveis	N/D	4,47	2,15	2,56	0,00
Vazamentos (m³)	0,22	0,15	0,65	0,00	0,00
Realização de Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG) / Previsto no PAN	85%	88%	92%	84%	97%

Anexo 6
Relatório de Desempenho de
Resultados e de Investimentos -
exercício de 2017

Apresentação ao Conselho de Administração

Relatório de Desempenho Empresarial – Dezembro de 2017

Petrobras Biocombustível

Resultado (Realizado x Planejado)

Petrobras Biocombustível



Lucro acumulado de R\$ 158 milhões no período explicado pela melhoria operacional, ganhos de alienação de participação acionária na Guarani classificados como Outras Despesas Operacionais, reversão de impairment BsBios e maiores ganhos financeiros.

DRE	Acumulado			Acumulado	
	R\$ mil	2017	2016	PAN	Var %
Receita Líquida		682.082	838.636	630.356	8%
Custo Produto Vendido		(708.340)	(919.896)	(683.409)	-4%
Resultado Bruto		(26.259)	(81.259)	(53.053)	51%
Margem Bruta		-4%	-10%	-8%	
Despesas Operacionais		(6.911)	(87.871)	(65.278)	89%
Incentivos Fiscais		12.002	19.662	24.784	-52%
Ociosidade das Usinas		(1.930)	(9.348)	-	-
Despesas G&A		(8.648)	(99.629)	(88.750)	90%
Despesas Selo		(655)	(2.730)	(1.312)	50%
Res. Operacional		(33.169)	(169.130)	(118.331)	72%
Margem Operacional		-5%	-20%	-19%	74%
Resultado Financeiro		277.055	145.294	185.495	49%
Res. antes das Part.		243.885	(23.837)	67.164	263%
Part. em Investimentos		(85.051)	(862.027)	(98.687)	14%
IR/CSLL		-	-	(15.985)	
Resultado Líquido		158.834	(885.864)	(47.508)	434%
Margem Líquida		23%	-106%	-8%	

EBITDA	(30.626)	(163.550)	81%	(113.415)	73%
Margem EBITDA	-4,5%	-19,5%		-18,0%	

Base: Dezembro/2017

R\$ mil	BambuÍ	BBB	BioÓleo	BsBIOS	Guarani	Nova Fronteira	2017	2016	Var. %
Equivalência Patrimonial	-	(182.959)	(1.981)	18.916	-	-	(166.024)	(62.108)	167%
Mais Valia	-	-	-	(298)	-	-	(298)	(5.068)	-94%
Ajustes/Provisão Impairment	-	72.727	1.981	46.447	(26.684)	(13.200)	81.270	(794.851)	-110%
Resultado dos Investimentos	-	(110.232)	-	65.065	(26.684)	(13.200)	(85.051)	(862.027)	-90%

Principais comentários Ano de 2017

BsBios: Lucro Operacional de R\$ 51,5 milhões (margem 5,1%); EBITDA de R\$ 59,6 milhões (margem 6,1%) e resultado financeiro de - R\$ 30,9 milhões, explicada pela alavancagem de 80%. Margem líquida de 1,9%. Reversão por impairment de R\$ 46,4 milhões explicadas pelo aumento da capacidade de produção em 36% e redução da taxa de desconto de 10,2% para 8,3%.

BBB: Equivalência patrimonial de - R\$ 179,5 milhões. O impacto na PBIO é nulo, visto que o investimento da PBIO na coligada foi provisionado por *impairment* em sua totalidade em períodos anteriores. Aporte de R\$ 110,2 milhões no período;

BambuÍ e BioÓleo: Empresas com Patrimônio Líquido negativo, desta forma não é contabilizada equivalência patrimonial;

Ajustes/Impairment:

- BBB e BioÓleo: Provisão para *impairment* do valor da equivalência;
- BsBios: Reversão da provisão de *impairment* feita em 2016 no valor de R\$ + 46,4 milhões;
- Guarani: Perda de R\$ 26,68 milhões no processo de venda da Guarani decorrente da variação cambial do valor da venda;
- Nova Fronteira: Perda de R\$ 13,2 milhões referente a variação no valor das ações em janeiro e fevereiro.

São Martinho: O resultado da variação das ações da São Martinho (SMT03) está registrada no Patrimônio Líquido da PBIO desde março/2017, será incluído no resultado apenas quando houver venda de ações;

- Ganho acumulada desde o fechamento da operação até 31/12: R\$ 33,2 milhões, com valor de ação igual a R\$ 19,30.

Geração de Caixa Usinas (R\$/m³)

B100	2017				2016				PAN 2017			
	Volume		Preço		Receita		Var. 2017 X		Volume		Preço	
	m3	R\$/m3	R\$/m3	R\$/m3	R\$ mil	R\$/m3	2016 %	2016 %	m3	R\$/m3	R\$/m3	R\$ mil
Candeias	140.394	2.559	359.275	95.647	2.765	264.445	36%	36%	119.477	2.770	331.001	9%
Montes Claros	117.289	2.428	284.778	138.011	2.650	365.703	-22%	-22%	98.919	2.667	263.820	8%
PBIO - Biodiesel	257.683	2.499	644.053	233.658	2.697	630.148	2%	2%	218.396	2.724	594.821	8%

Candeias	Leilão 52	Leilão 53	Leilão 54	Leilão 55	Leilão 56	Leilão 57	Média 2017	Média 2016
Meses	Jan-Fev	Mar-Abr	Mai-Jun	Jun-Ago	Set-Out	Nov-Dez		
FUT (%)	54%	56%	63%	71%	83%	67%	66%	63%
Volume Produzido m³	9.717	10.160	11.383	12.786	15.094	12.090	11.872	11.445
Margem Contribuição (R\$/m³)	264	90	220	151	327	265	225	75
Custo Fixo (R\$/m³)	(304)	(331)	(310)	(255)	(208)	(244)	(270)	(293)
Custo Total (R\$/m³)	(3.169)	(2.851)	(2.472)	(2.534)	(2.518)	(2.644)	(2.671)	(3.027)
Resultado Bruto (R\$/m³)	(41)	(241)	(90)	(104)	119	21	(44)	(218)
Geração de Caixa (R\$/m³)	44	(151)	(13)	(35)	177	59	24	(148)

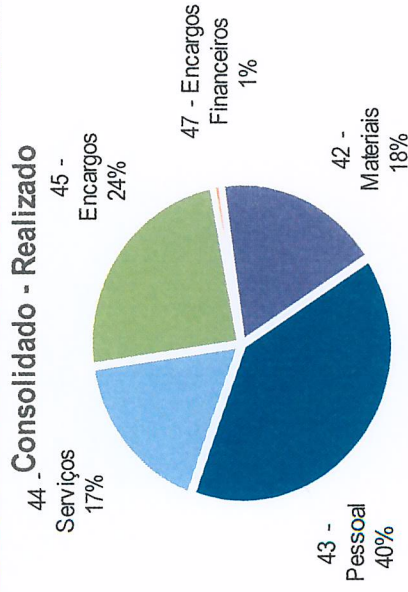
Montes Claros	Leilão 52	Leilão 53	Leilão 54	Leilão 55	Leilão 56	Leilão 57	Média 2017	Média 2016
Meses	Jan-Fev	Mar-Abr	Mai-Jun	Jun-Ago	Set-Out	Nov-Dez		
FUT (%)	73%	83%	89%	91%	93%	88%	86%	69%
Volume Produzido m³	8.449	9.590	10.218	10.450	10.663	10.075	9.908	7.929
Margem Contribuição (R\$/m³)	188	168	167	217	330	244	221	98
Custo Fixo (R\$/m³)	(255)	(235)	(232)	(225)	(224)	(163)	(221)	(277)
Custo Total (R\$/m³)	(3.036)	(2.527)	(2.309)	(2.343)	(2.431)	(2.445)	(2.498)	(2.867)
Resultado Bruto (R\$/m³)	(67)	(67)	(65)	(8)	106	81	(0)	(178)
Geração de Caixa (R\$/m³)	7	6	(0)	56	168	89	57	(100)

Observação:

Definição de Geração de Caixa: Resultado bruto (-) D&A e Arrendamento das Usinas.

Gastos Operacionais – Acumulado 2017

Consolidado



Grupo de Gasto	Real 2017	PAN	Var (%)	Real 2016	Var (%)
42 - Materiais	33,89	33,37	2%	45,26	-25%
43 - Pessoal	74,83	82,16	-9%	87,79	-15%
44 - Serviços	32,39	35,54	-9%	45,33	-29%
45 - Encargos	45,85	38,60	19%	51,94	-12%
47 - Encargos Financeiros	1,44	4,87	-71%	5,58	-74%
Total Geral	188,39	194,55	-3%	235,89	-20%

Materiais: maiores gastos em função de:

- Combustíveis, especialmente BPF na UBMC (R\$ 2,081 milhões) em função do aumento do preço unitário;
- Insumos químicos na UBC, especialmente gás natural e terra de diatomácea (+R\$ 2,7 milhões) em função do aumento dos consumos relativos médios.

Menores gastos com metilato, visto que a partir de outubro estes gastos foram alocados no grupo 41 (vide nota técnica da DBIO/GP 01/2018), totalizando menores gastos no grupo 42 no valor de R\$ 2,9 milhões.

Destaca-se que a produção acumulada e consolidada das Usinas está 20% acima da previsão orçamentária.

Pessoal: menores gastos na maioria das áreas, exceto GP, UBMC, UBC, Financeiro, SERV e Recursos Humanos.

Serviços: menor realização em função de:

- Serviços profissionais devido à estorno das provisões de 2016 em 2017 e otimizações dos contratos de apoio administrativo (-R\$ 3,8 milhões);
- ASTEC (-R\$ 663 mil) e menores gastos nas demais classes totalizando -R\$ 1,58 milhão;

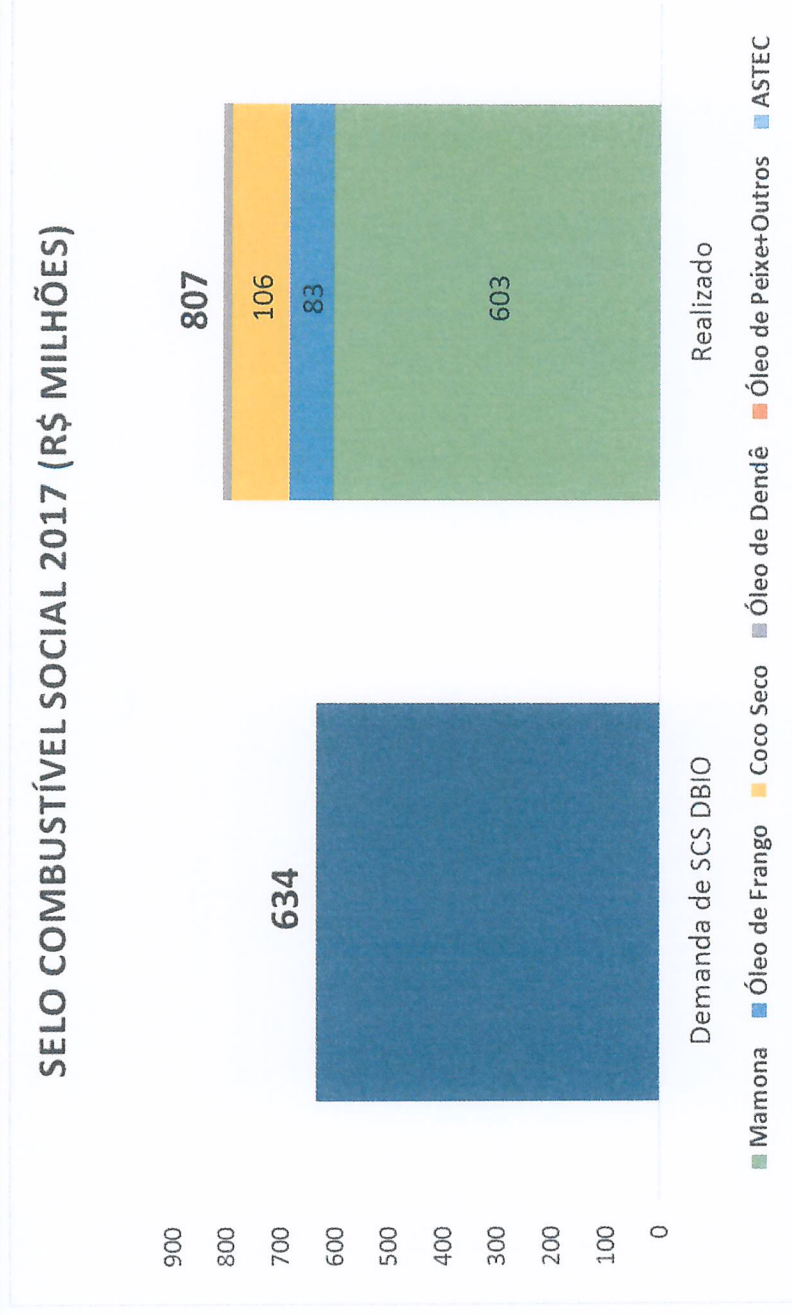
Maiores gastos com fretes (+R\$ 2 milhões), auditoria externa e segurança e vigilância na UBQ (+R\$ 794,5 mil).

Encargos: maior realização em função de:

- Arrendamento mercantil em +R\$ 5,4 milhões devido à ausência de previsão orçamentária em Quixadá (usina seria devolvida à Petrobras em abril/17);
- CCCCD (quitação de nota de débito de períodos anteriores, no valor de R\$ 1 milhão;
- Encargos gerais: repasse dos gastos de apoio administrativo de 2016 e pagamento da garantia à São Martinho (+R\$ 1,94 milhão);

Encargos financeiros: menores pagamentos de juros do FIDC, devido à maior disponibilidade de caixa em 2017.

Selo Combustível Social (Respaldo)



- A aquisição de matérias-primas e a contratação de serviços de capacitação e assistência técnica em favor dos produtores familiares, refletiram em respaldo 28% acima da necessidade para manutenção do SCS para safra 2017. O fechamento de respaldo totalizou R\$ 807 milhões.
- Essa realização a mais em 2017, representa 21% da necessidade de respaldo para safra 2018 e será aproveitada na sua totalidade segundo as regras da portaria do SCS (é possível compor até 25% do respaldo do ano com créditos do ano anterior).
- O custo do SCS da safra 2017 foi de **R\$ 14,9/m³**. Esse custo está menor R\$ 12,5/m³, em relação ao custo equivalente com soja no Sul (R\$ 27,4/m³).

Realização dos Investimentos: R\$ 111,6 milhões no ano 2017

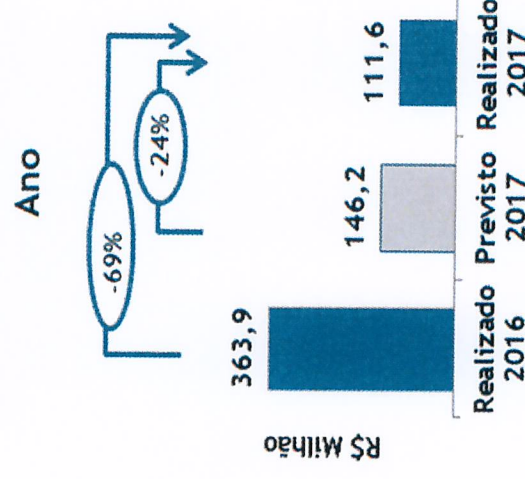


O Índice de Realização no ano 2017 foi de 76,3% frente ao previsto.

Investimentos
2016/2017

R\$ milhão	Ano 2017		Ano
	Real	Planejado	
Ativo Imobilizado	0,5	2,0	25%
Melhorias - Usina de Candeias	0,4	5,3	8,0%
Melhorias - Usina Darcy Ribeiro	0,5	5,0	9%
Projeto Belem Brasil	110,2	133,9	82%
Total	111,6	146,2	76,3%

Investimentos
2016/2017

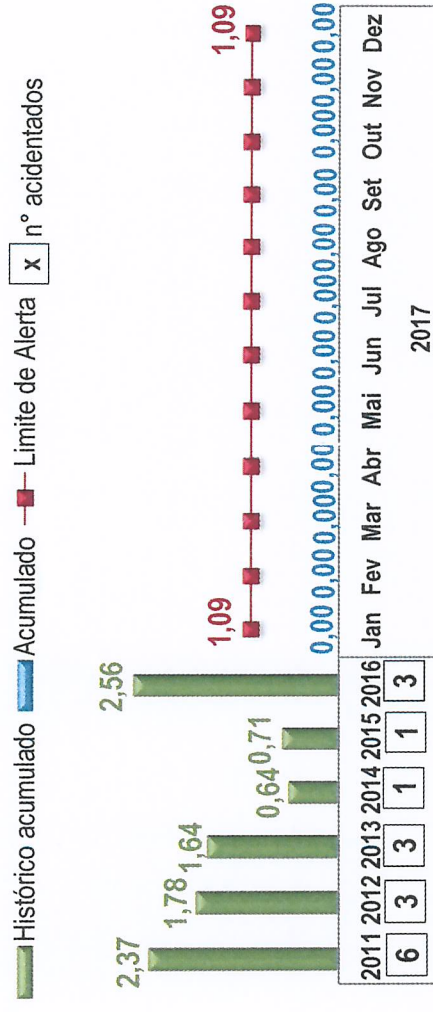


Real x PAN

- **Ativo Imobilizado** – menor realização de R\$ 1,5 MM, tendo em vista a priorização de demandas das aquisições de mobiliários e equipamentos necessários à manutenção adequada das unidades e infraestrutura da sede;
- **Usina de Candeias e Usina de Montes Claros** – menor realização de R\$ 9,4 MM, visto que foram realizados somente os investimentos para manutenção e adequação da infraestrutura das Unidades.
- **Projeto Belém Brasil** – no período foram aportados R\$ 110,2 MM, montante inferior ao previsto em R\$ 23,7 MM, em razão da menor necessidade de aportes dos sócios.

Indicadores de SMS

TFCA - Taxa de Frequência de acidentados com afastamento



TFCA: número de acidentados com afastamento em 1 milhão de horas-homem de exposição ao risco no período considerado.

Observação 1: No gráfico acima não foram considerados os acidentes ocorridos na UAP, extinta em 2012.

VAZO - Vazamento de derivados de petróleo (óleo diesel e BPF)

VAZB – Vazamento de biodiesel e matérias-primas (biodiesel, óleo vegetal, sebo bovino e óleos e gorduras residuais (OGR)

VAZQ – Vazamento de produtos químicos (álcoois, metilato de sódio, ácido clorídrico, ácido fosfórico, ácidos graxos, soda cáustica, glicerina e efluentes industriais)

Em dezembro, não foram registradas ocorrências de vazamentos.

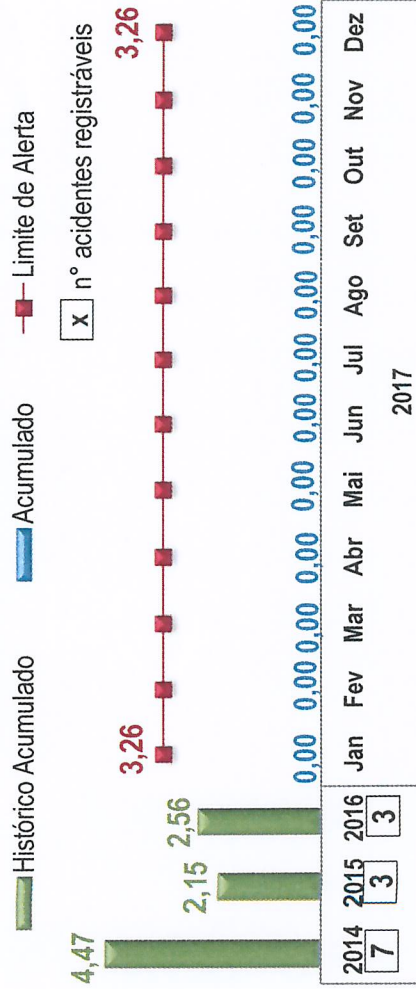
VAZO, VAZB e VAZQ acumulados em 2017 são zero

TAF - Taxa de acidentados fatais

Não houve fatalidade.

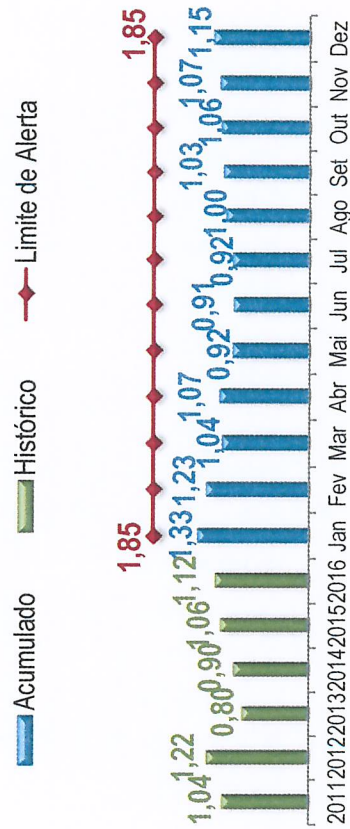
Indicadores de SMS

TAR - Taxa de Acidentados Registráveis



TAR: número de acidentados registráveis classe 2, 3 e 4 por 1 milhão de horas-homem de exposição ao risco no período considerado.

PTP - Percentual de Tempo Perdido acumulado



PTP: razão entre as horas não trabalhadas por doença ou acidente e horas planejadas para o período.

Balanco Patrimonial

Valores em R\$ milhões

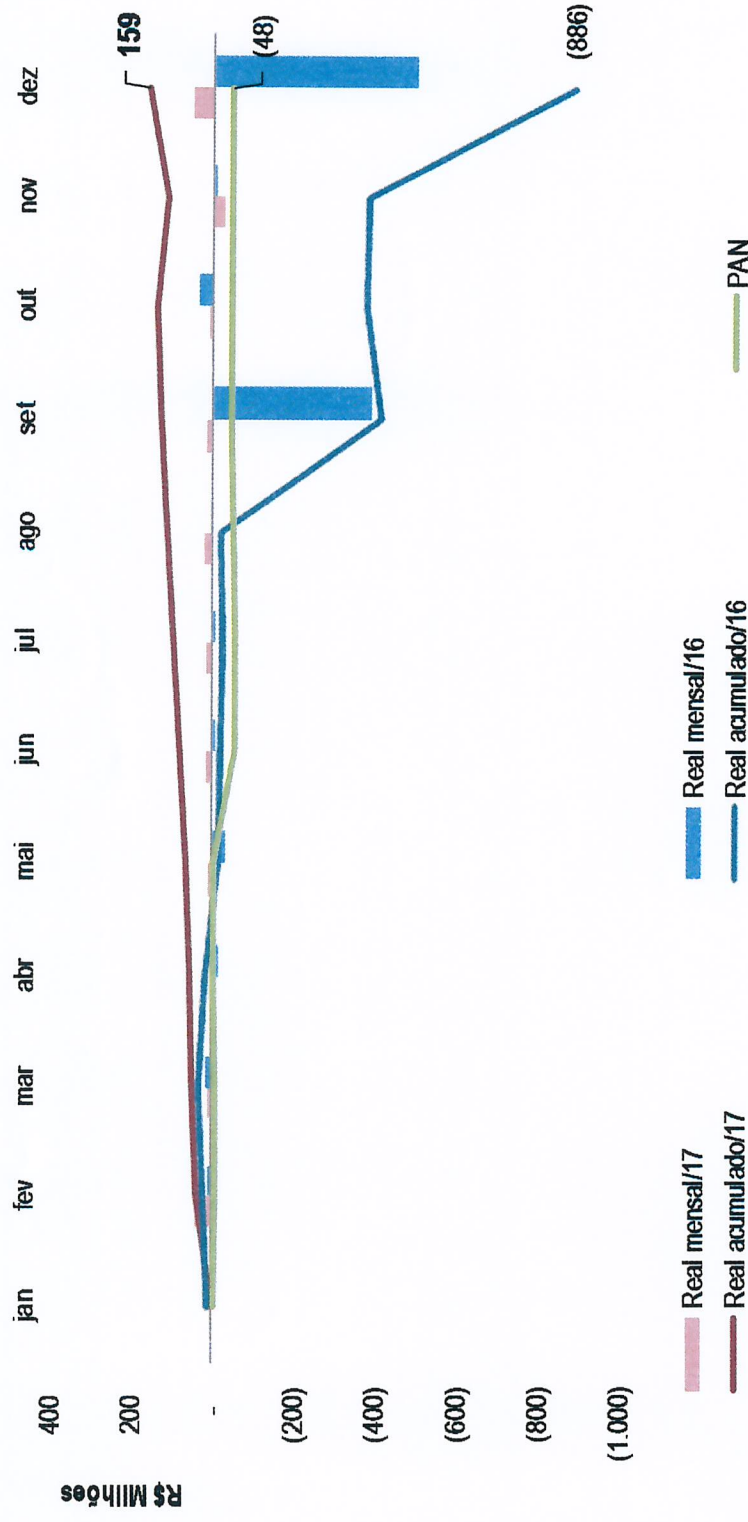
Ativo	2017	2016
Circulante	1.351	1.357
Ativo fin. disp. p/ venda	463	0
Ativos mantidos p/ venda	0	1.126
Outros	888	231
Não Circulante	217	159
Investimentos	108	43
Imobilizado	98	105
Outros	11	12
Ativo Total	1.568	1.516

Passivo e Patrim. Líq.	2017	2016
Circulante	67	160
Não Circulante	11	9
Patrimônio Líquido	1.490	1.347
Capital Social	4.378	4.340
Ajuste de Aval. Patrim.	11	66
Contrib. Ad. Capital	-18	-18
Prejuízos Acumulados	-2.882	-3.041
Total Passivo e PL	1.568	1.516

Destaques:

- A. Circulante: 24 milhões de ações da STMO 3 no valor de R\$ 463 milhões;
R\$ 663 milhões aplicados no FIDC referente alienação Guarani.
- Investimentos: R\$ 108 milhões referem-se a BSBios;
- Imobilizado: Usinas de Biodiesel, cuja parcela PBIO igual a R\$ 98 milhões;
- Prejuízo fiscal no montante de R\$ 2.211,5, sem a constituição de IR/CS diferidos por conta da falta de expectativa de recuperação.

Resultado Petrobras Biocombustível 2017



Principais variações entre PAN e Realizado:

Guarani e Nova Fronteira: Ganhos não recorrentes em fevereiro devido a ajustes dos processos de alienação (R\$ 47,7 milhões);

Resultado Financeiro: Aplicação dos recursos da alienação da Guarani (+ R\$ 57 milhões), dividendos recebidos da São Martinho (+ R\$ 6,7 milhões), aumento de R\$ 32 milhões no REPETRO (R\$ 190 milhões PAN x R\$ 222 milhões realizado);

BBB: Redução dos aportes em R\$ 24 milhões (R\$ 134 milhões PAN x R\$ 110 milhões realizado);

BsBios: Reversão da provisão para *impairment* feita em 2016, no valor de + R\$ 46,4 milhões;

Usinas Próprias: Provisão para *impairment* no valor de R\$ 7,7 milhões (R\$ 4,9 milhões em Candeias e R\$ 2,8 milhões em Montes Claros).

Anexo 7
Relatório de Acompanhamento
de Gastos - Plano Anual de
Negócios - Plano Anual de
Negócios - exercício de 2017

Relatório de Acompanhamento dos Gastos Operacionais Gerenciáveis

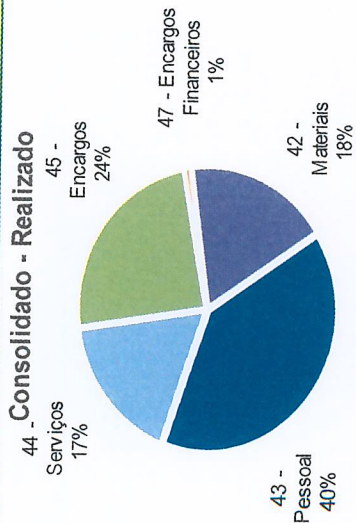
Petrobras Biocombustível

Período: Dezembro de 2017

PBIO/PRES/PD/GOI

Gastos Operacionais – Acumulado 2017

Consolidado



Grupo de Gasto	Real 2017	PAN	Var (%)	Real 2016	Var (%)
42 - Materiais	33,89	33,37	2%	45,26	-25%
43 - Pessoal	74,83	82,16	-9%	87,79	-15%
44 - Serviços	32,39	35,54	-9%	45,33	-29%
45 - Encargos	45,85	38,60	19%	51,94	-12%
47 - Encargos Financeiros	1,44	4,87	-71%	5,58	-74%
Total Geral	188,39	194,55	-3%	235,89	-20%

Materiais: maiores gastos em função de:

- a) Combustíveis, especialmente BPF na UBMC (R\$ 2,081 milhões) em função do aumento do preço unitário;
- b) Insumos químicos na UBC, especialmente gás natural e terra de diatomácea (+R\$ 2,7 milhões) em função do aumento dos consumos relativos médios.

Menores gastos com metilato, visto que a partir de outubro estes gastos foram alocados no grupo 41 (vide nota técnica da DBIO/GP 01/2018), totalizando menores gastos no grupo 42 no valor de R\$ 2,9 milhões.

Destaca-se que a produção acumulada e consolidada das Usinas está 20% acima da previsão orçamentária.

Pessoal: menores gastos na maioria das áreas, exceto GP, UBMC, UBC, Financeiro, SERV e Recursos Humanos.

Serviços: menor realização em função de:

- a) Serviços profissionais devido à estorno das provisões de 2016 em 2017 e otimizações dos contratos de apoio administrativo (-R\$ 3,8 milhões);
- b) ASTEC (-R\$ 663 mil) e menores gastos nas demais classes totalizando -R\$ 1,58 milhão;

Maiores gastos com fretes (+R\$ 2 milhões), auditoria externa e segurança e vigilância na UBQ (+R\$ 794,5 mil).

Encargos: maior realização em função de:

- a) Arrendamento mercantil em +R\$ 5,4 milhões devido à ausência de previsão orçamentária em Quixadá (usina seria devolvida à Petrobras em abril/17);
- b) CCCD (quitação de nota de débito de períodos anteriores, no valor de R\$ 1 milhão;
- c) Encargos gerais: repasse dos gastos de apoio administrativo de 2016 e pagamento da garantia à São Martinho (+R\$ 1,94 milhão);

Encargos financeiros: menores pagamentos de juros do FIDC, devido à maior disponibilidade de caixa em 2017.

Observação: os gastos com grupo 43 ainda podem sofrer alterações até fevereiro, em função do fechamento contábil.

Gastos Operacionais - Consolidado

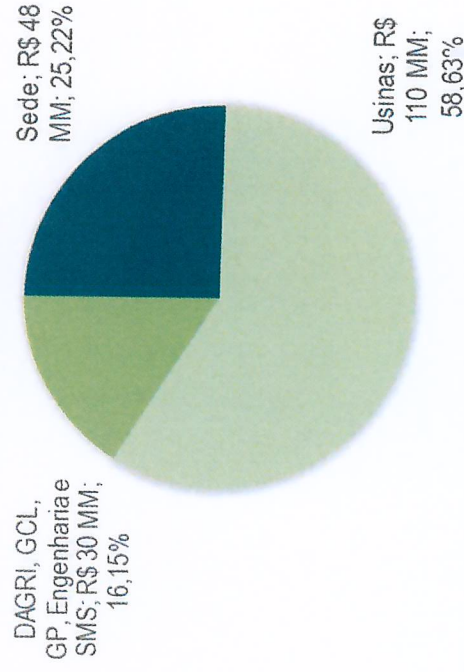
Sede x Usina x Apoio Operacional*



Gastos Operacionais



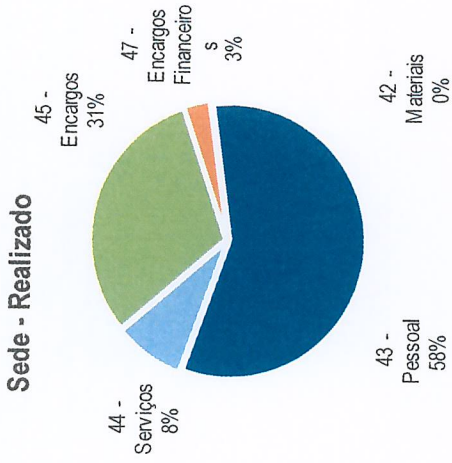
Gastos Operacionais - Total



A partir de julho, foram segregados gerencialmente as áreas consideradas como apoio operacional às Usinas neste relatório: DAGRI, GCL, Engenharia e SMS

Gastos Operacionais - Acumulado 2017

Sede* (Presidência, DETN, DAF, Diretor de Biodiesel, Participações e Coligadas)



Grupo de Gasto	Real 2017	PAN	Var (%)	Real 2016	Var (%)
42 - Materiais	0,04	0,10	-63%	0,05	-23%
43 - Pessoal	27,42	34,33	-20%	27,98	-2%
44 - Serviços	3,93	5,97	-34%	7,25	-46%
45 - Encargos	14,70	11,66	26%	16,76	-12%
47 - Encargos Financeiros	1,44	4,87	-71%	5,58	-74%
Total Geral	47,52	56,94	-17%	57,60	-18%

Pessoal: menores gastos na Diretoria Financeira (-R\$ 2,4 milhões), Presidência (-R\$ 1,9 milhão), Diretoria de Biodiesel (-R\$ 1,2 milhão), Jurídico (-R\$ 1,4 milhão), Desempenho (-R\$ 805 mil), DETN, Participações e SEGE (-R\$ 487 mil). Maiores gastos na Gerência Financeira (+R\$ 968 mil), Gerência de Recursos Humanos e Gerência de Serviços (+R\$ 868 mil).

Serviços: menor realização na classe de serviços profissionais (apoio administrativo) em função dos estornos das provisões de 2016 em 2017 e da otimização dos gastos (-R\$ 1,9 milhão).

Encargos: maiores gastos com CCCD (+R\$ 1 milhão) devido a quitação de nota de débito de gastos com a TIC, referente ao período de jan/2013 à dezembro/2015; maior realização na classe de encargos gerais devido ao repasse dos serviços profissionais e pagamento de garantias à São Martinho sem previsão orçamentária (+R\$ 2 milhões).

Encargos Financeiros: menores pagamentos de juros do FIDC, devido à maior disponibilidade de caixa em 2017.

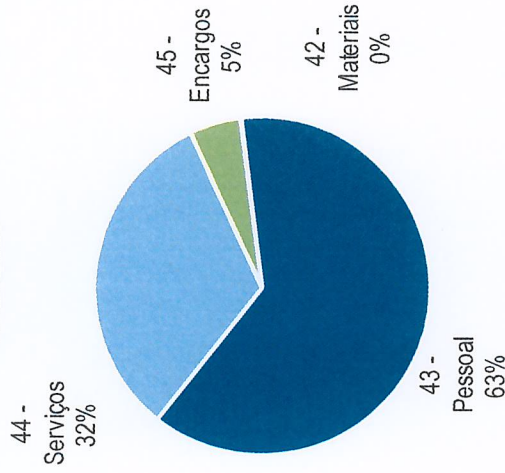
*A partir de julho, foram segregados gerencialmente as áreas consideradas como suporte operacional às Usinas neste relatório. Expurgados os gastos com Engenharia, SMS, DAGRI, GCL e GP dos gastos de sede.

Gastos Operacionais - Acumulado 2017

Apoio Operacional (DAGRI, GCL, GP, Engenharia e SMS)*



Realizado



Grupo de Gasto	R\$ Milhão			
	Real 2017	PAN	Var (%)	Real 2016
42 - Materiais	0,03	0,09	-73%	0,02
43 - Pessoal	19,09	22,18	-14%	22,15
44 - Serviços	9,83	10,28	-4%	12,09
45 - Encargos	1,49	1,83	-19%	3,84
47 - Encargos Financeiros	-	-	-	-
Total Geral	30,43	34,39	-12%	38,10

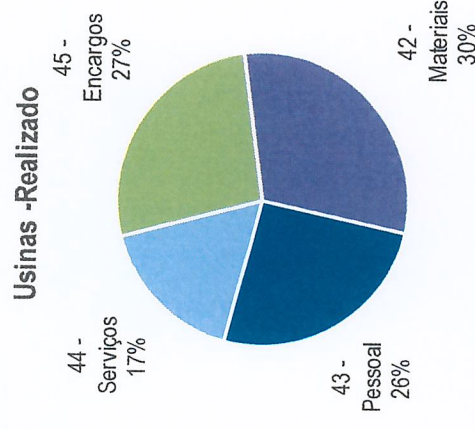
Pessoal: maior realização na Gerência Geral de Produção (+R\$ 1 milhão) compensados pela menor realização na Engenharia e Suporte Técnico (-R\$ 2 milhões), SMS (-R\$ 756 mil), GCL (-R\$ 859 mil) e DAGRI (-R\$ 836 mil).

Serviços: menor realização na classe dos serviços profissionais em função do estorno de provisão e otimização do contrato de apoio administrativo (-R\$ 1,5 milhão), menor pagamento de ASTEC(-R\$ 591mil) e maiores gastos com fretes da GCL (+R\$ 1,85milhão).

*A partir de julho, foram segregados gerencialmente as áreas consideradas como apoio operacional às Usinas neste relatório.

Gastos Operacionais - Acumulado 2017

Usinas



Grupo de Gasto	Real 2017	PAN	Var (%)	Real 2016	Var (%)
42 - Materiais	33,83	33,18	2%	45,19	-25%
43 - Pessoal	28,32	25,64	10%	37,66	-25%
44 - Serviços	18,64	19,29	-3%	25,99	-28%
45 - Encargos	29,66	25,11	18%	31,34	-5%
47 - Encargos Financeiros	-	-	-	-	-
Total Geral	110,45	103,23	7%	140,18	-21%

Materiais: maiores gastos com gás natural na UBC (+R\$ 1,8 milhão) e maiores gastos com demais insumos somando R\$ 444 mil. Maiores gastos com BPF na UBMC (+R\$ 2,3 milhões). A partir de outubro, os gastos com catalisadores começaram a ser apropriados no grupo 41, com impacto de - R\$ 2,96 milhões. Devoluções de materiais realizadas no grupo 42 impactando o GOG em - R\$ 1,5 milhão.

Pessoal: maiores gastos na UBC (+R\$ 2 milhões) e UBMC (+R\$ 1,3 milhões), em função do transferência dos empregados da UBQ.

Serviços: Menores gastos consolidados nas classes de conservação de equipamentos, conservação de imóveis, serviços médicos e serviços gerais (-R\$ 844 mil). Maiores gastos com segurança e vigilância na UBQ (+R\$ 524 mil).

Encargos: maiores gastos com arrendamento mercantil na UBQ (+R\$ 5,3 milhões), demais encargos: água e esgoto, aluguéis e afretamentos, viagens e serviços de telecomunicações (+R\$ 459 mil).

Destaca-se que o PAN de gastos da UBQ foi planejado até Abril de 2017, não havendo previsão orçamentária para os gastos a partir de maio. Os gastos com arrendamento mercantil da UBQ não foram ressarcidos pela Petrobras no ano de 2017. Os gastos com a hibernação da Usina somam um montante de R\$ 6,71 milhões, sendo R\$ 4,98 milhões de arrendamento mercantil.

Gastos Operacionais – Acumulado 2017

Produção de Biodiesel



Produção B100 - Candeias (m³)



Acumulado

■ Produção Real 2016 ■ Produção Real 2017 ■ Produção Planejada 2017

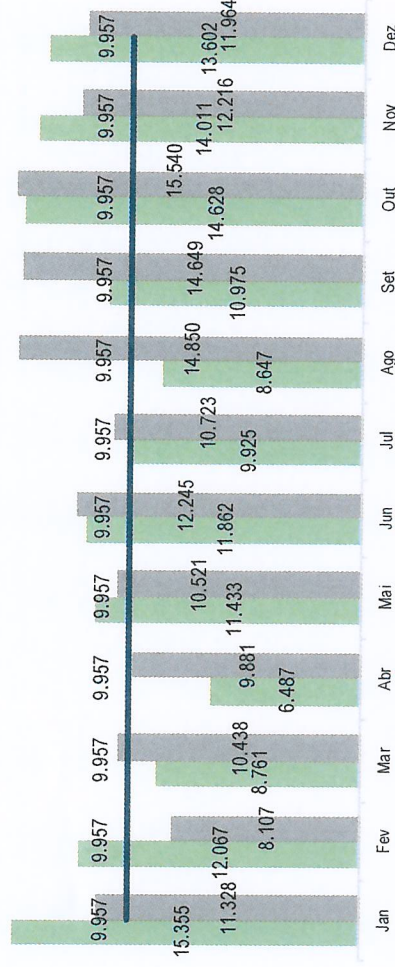
Produção B100 - Montes Claros (m³)



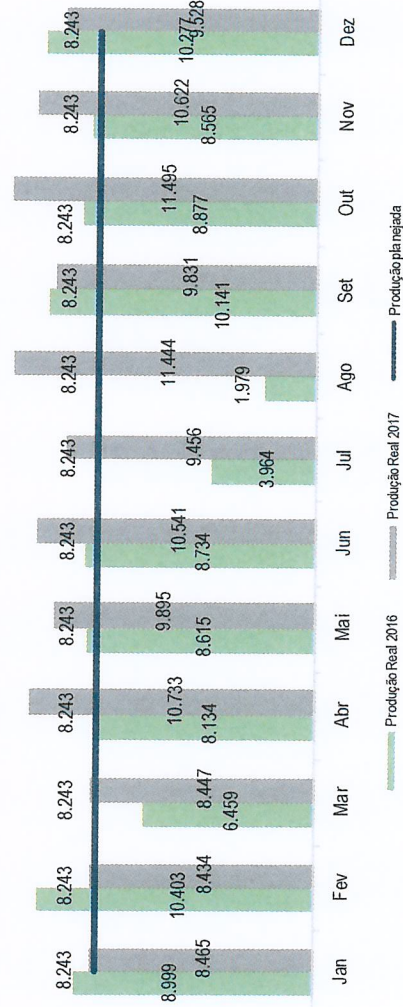
Acumulado

■ Produção Real 2016 ■ Produção Real 2017 ■ Produção Planejada 2017

Produção B100 - Candeias (m³)

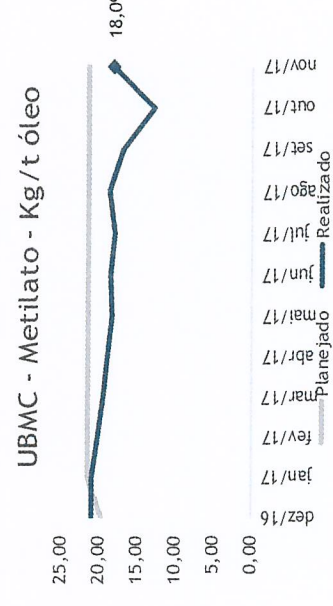
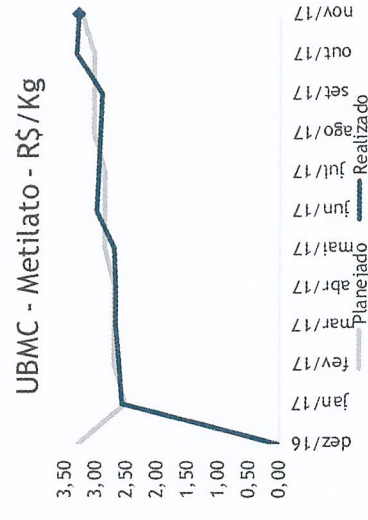
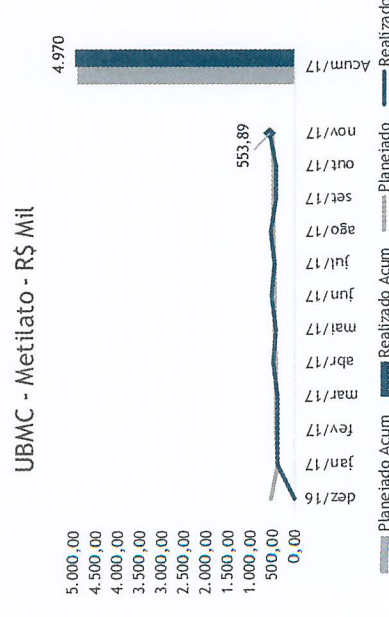
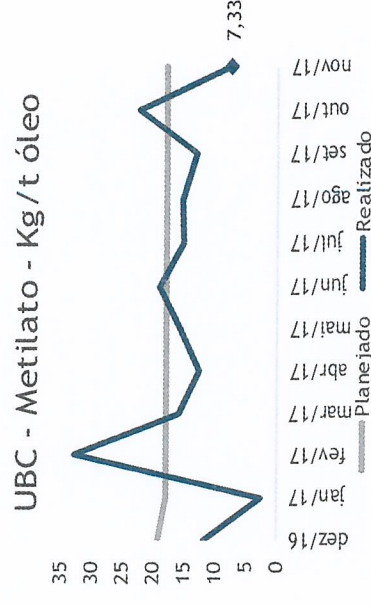
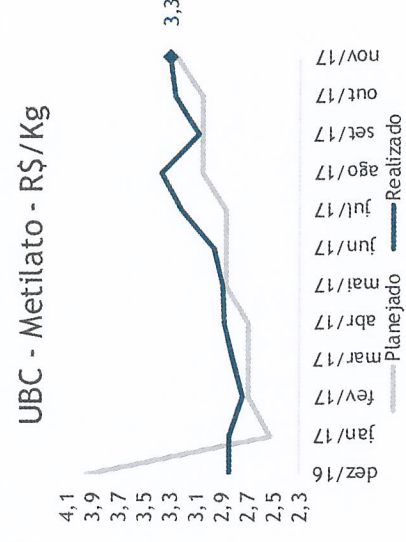
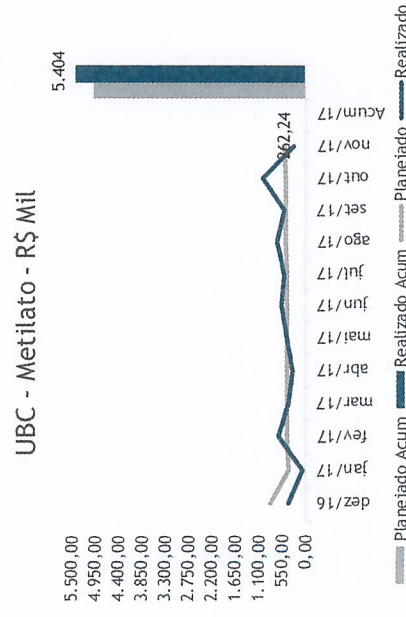


Produção B100 - Montes Claros (m³)



Gastos Operacionais – Acumulado 2017

Consumos relativos Grupo 42 – Materiais



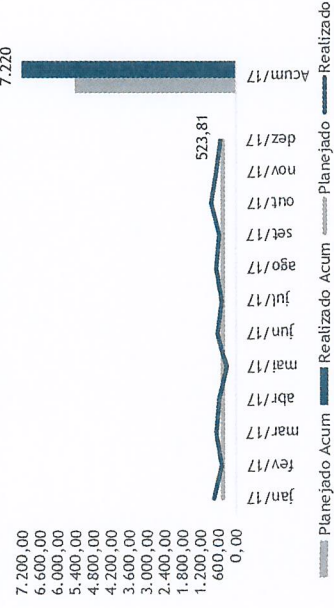
A partir do mês de outubro, os gastos com Metilato foram apropriados no grupo 41, não sendo considerado GOG. Para fins de análise do consumo, os gráficos estão agrupando os gastos dos grupos 41 e 42.

Gastos Operacionais – Acumulado 2017

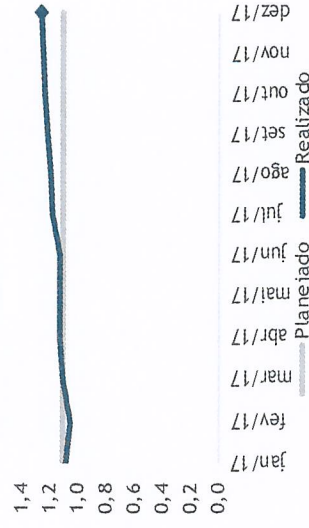
Consumos relativos Grupo 42 – Materiais



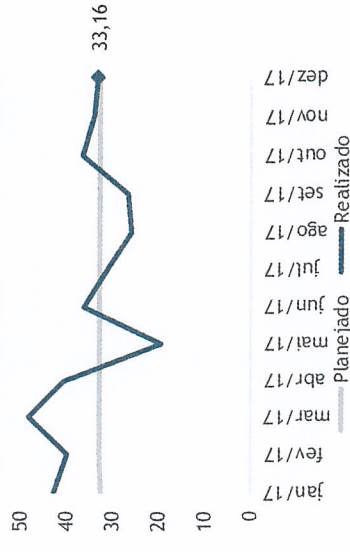
UBC - Gás Natural - R\$ Mil



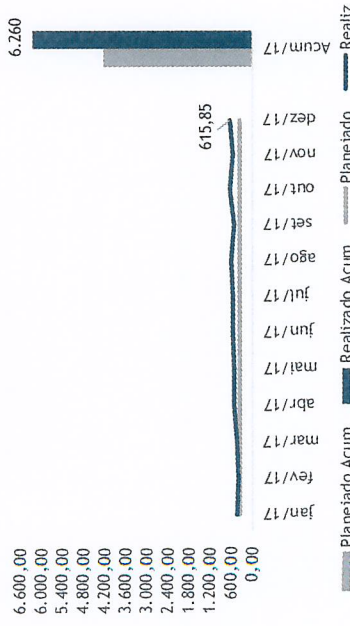
UBC - Gás Natural - R\$/m³



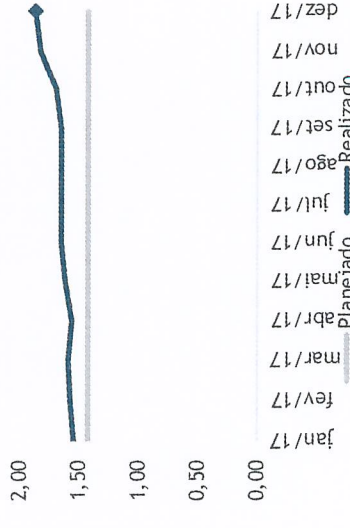
UBC - Gás Natural - m³ / t óleo



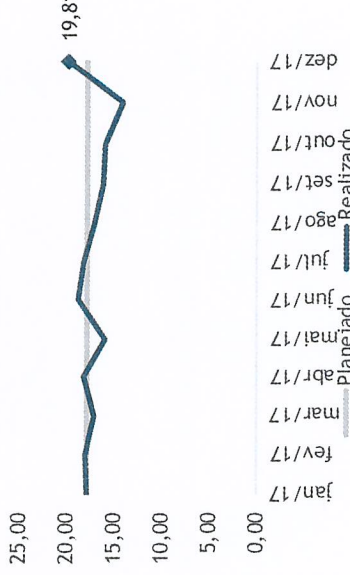
UBMC - Óleo BPF - R\$ Mil



UBMC - Óleo BPF - R\$/L

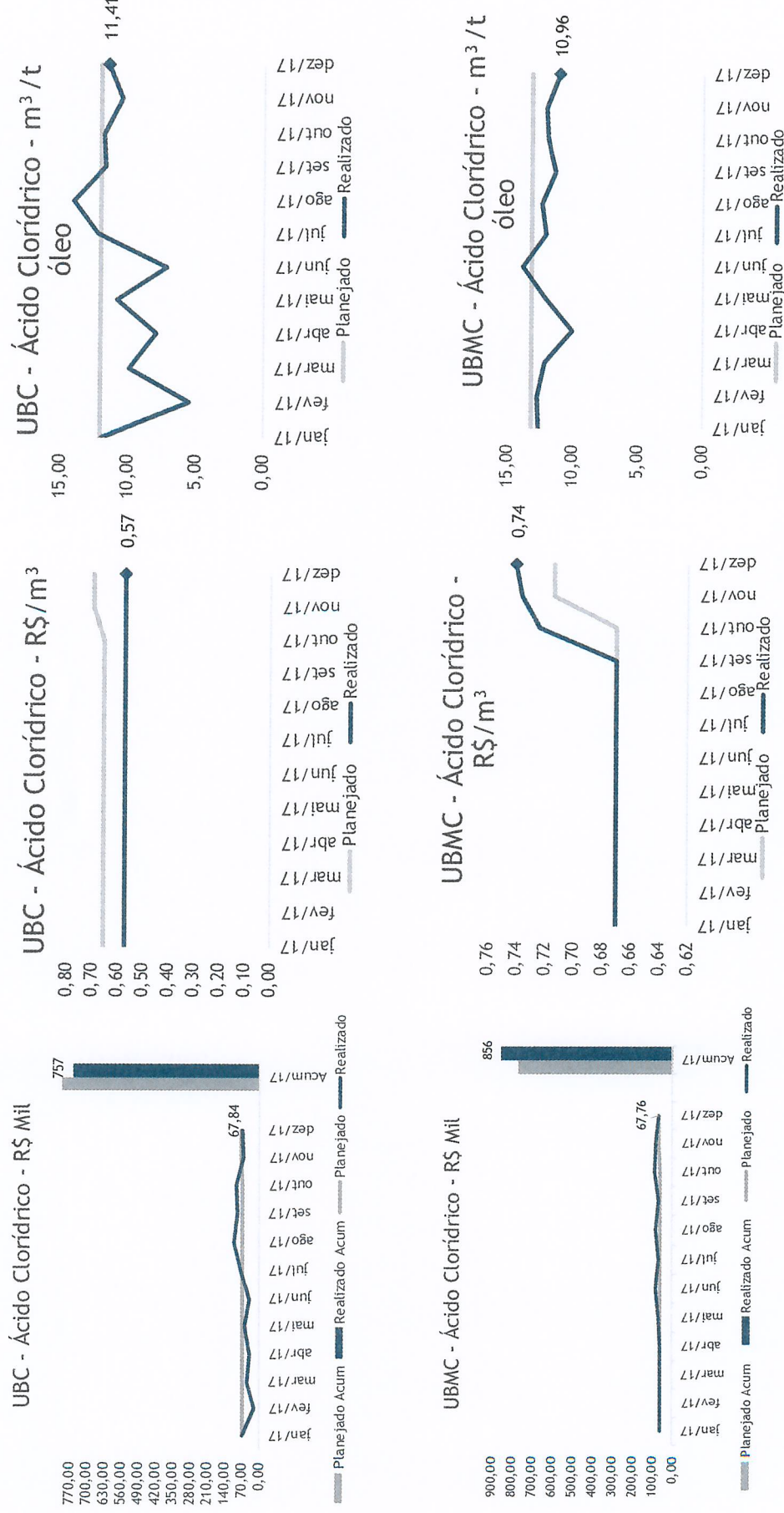


UBMC - Óleo BPF - L/t óleo



Gastos Operacionais – Acumulado 2017

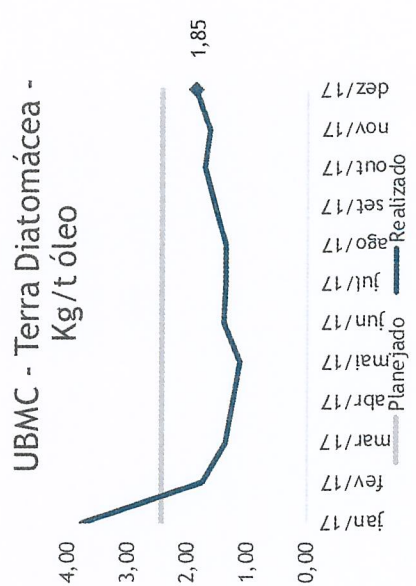
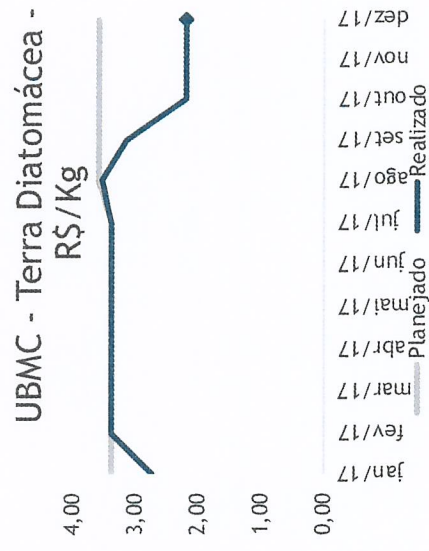
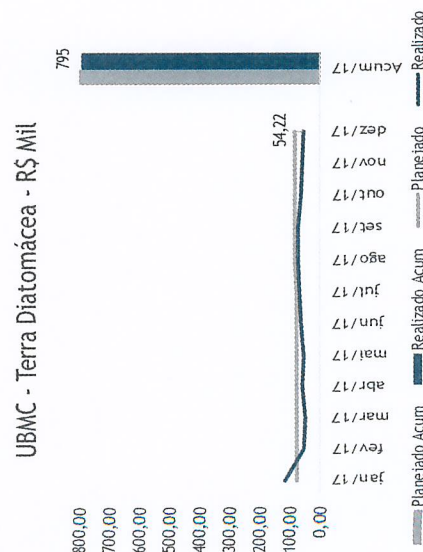
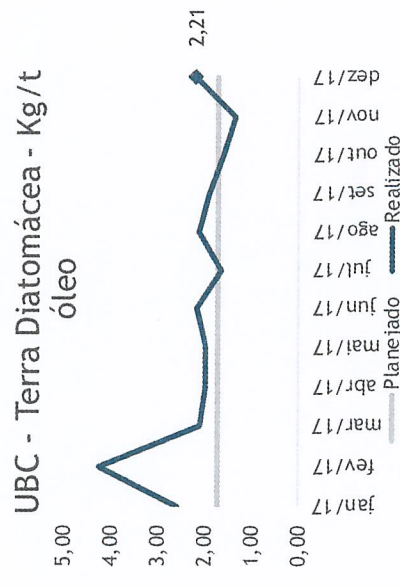
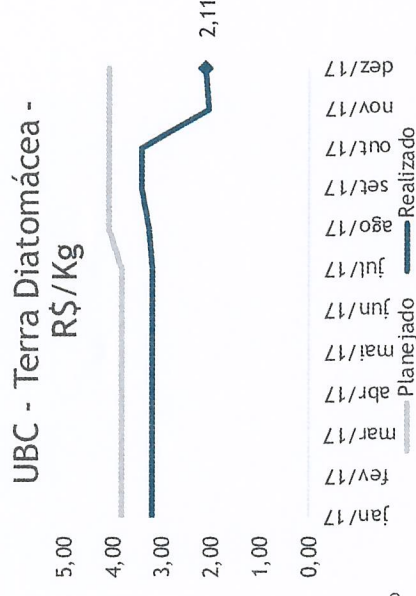
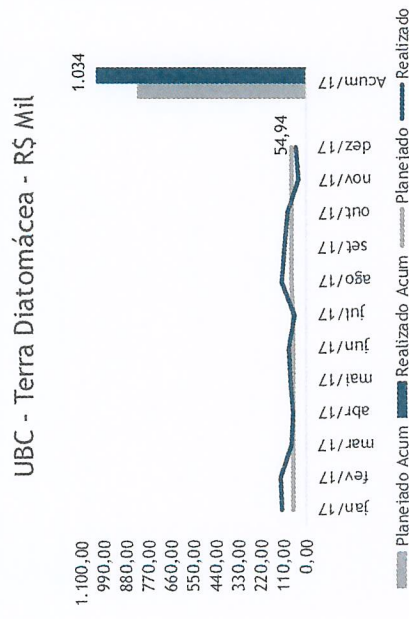
Consumos relativos Grupo 42 – Materiais



Os gastos do mês de dezembro referentes à classe de outros insumos químicos da UBMC foram apropriados em janeiro de 2018 (R\$ 105,6 mil). Para análise do consumo, os gastos foram apropriados nos gráficos em dezembro.

Gastos Operacionais – Acumulado 2017

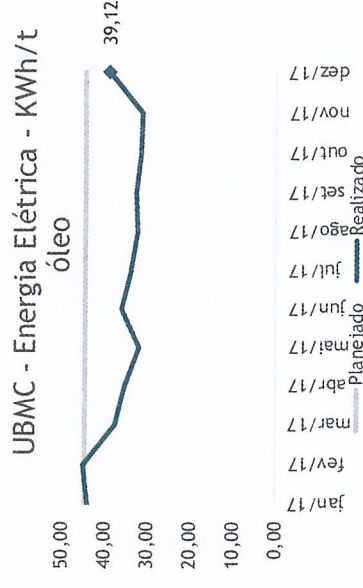
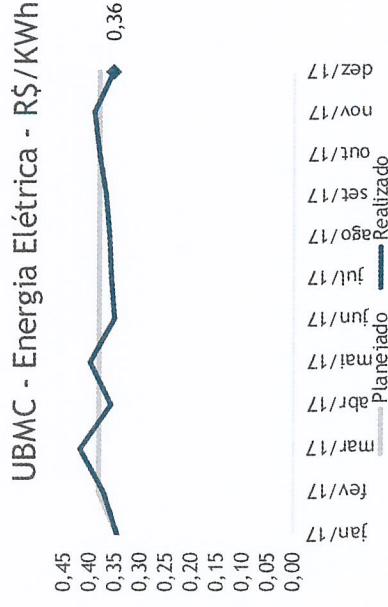
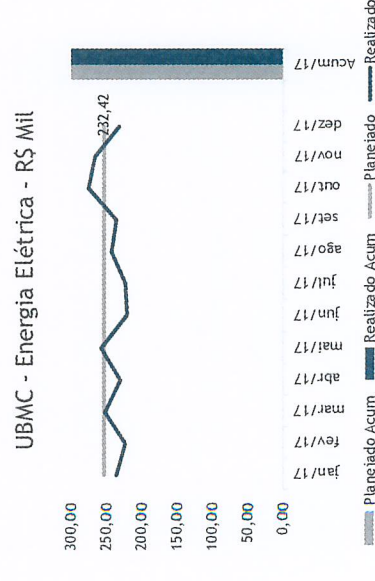
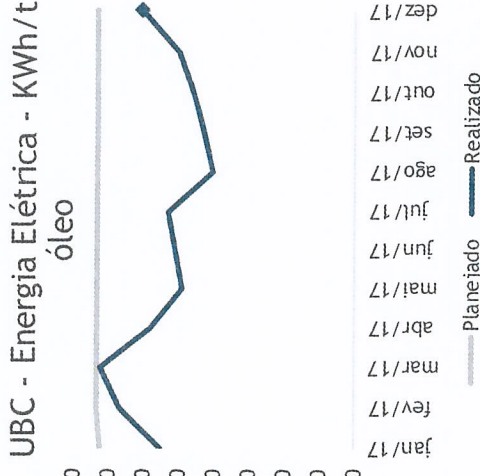
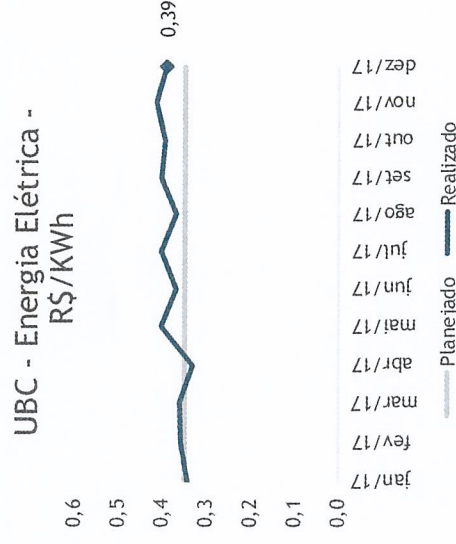
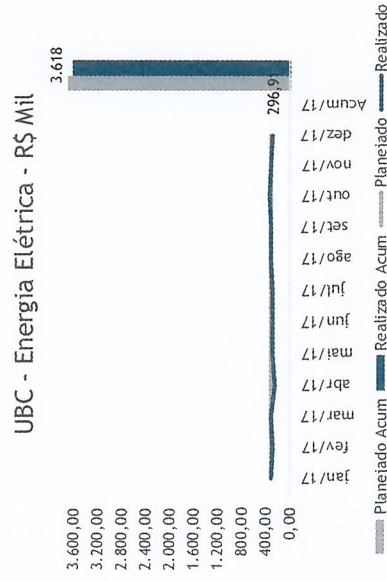
Consumos relativos Grupo 42 – Materiais



Os gastos do mês de dezembro referentes à classe de outros insumos químicos da UBMC foram apropriados em janeiro de 2018 (R\$ 105,6 mil). Para análise do consumo, os gastos foram apropriados nos gráficos em dezembro.

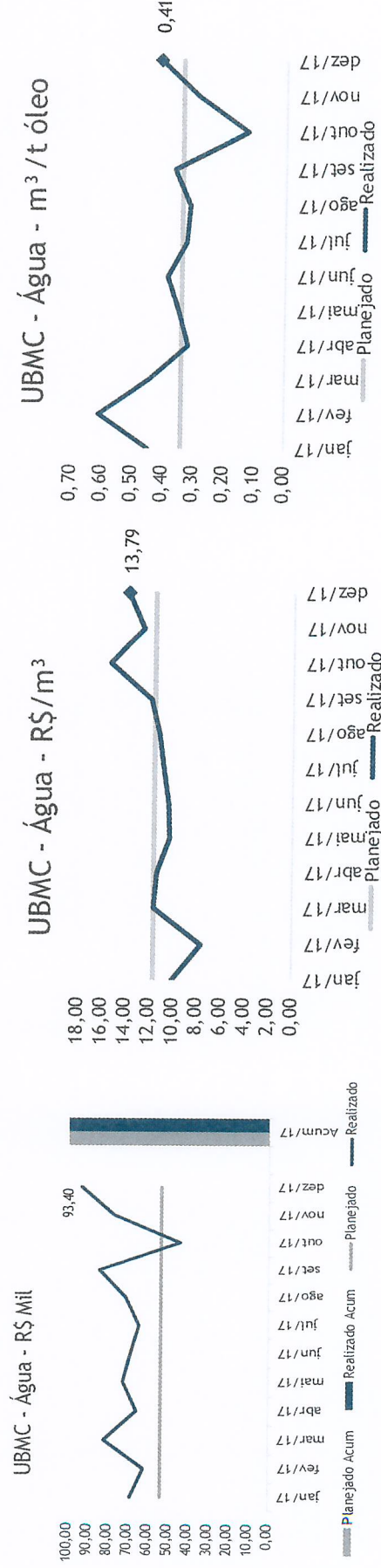
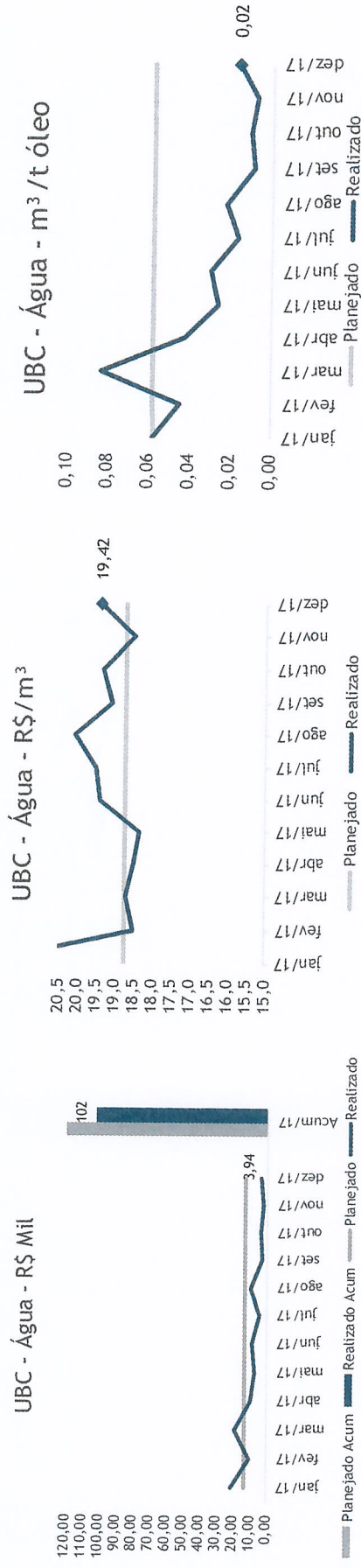
Gastos Operacionais – Acumulado 2017

Consumos relativos Grupo 45 – Encargos



Gastos Operacionais – Acumulado 2017

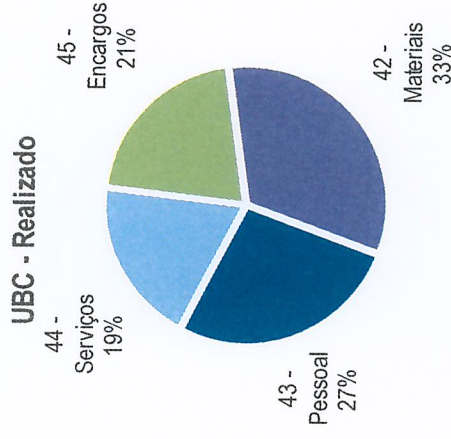
Consumos relativos Grupo 45 – Encargos



Para o cálculo do consumo relativo de água na UBC, não foi considerada a água bruta fornecida pela RLAM, visto que este gasto não é repassado para a UBC.

Gastos Operacionais – Acumulado 2017

Usina de Biodiesel de Candeias



Grupo de Gasto	Real 2017	PAN	Var (%)	Real 2016	Var (%)
42 - Materiais	18,12	17,20	5%	19,49	-7%
43 - Pessoal	14,76	12,70	16%	14,68	1%
44 - Serviços	10,63	11,58	-8%	12,51	-15%
45 - Encargos	11,49	11,94	-4%	10,92	5%
47 - Encargos Financeiros	-	-		-	
Total Geral	55,00	53,43	3%	57,59	-4%

Materiais: maiores gastos com gás natural, terra de diatomácea e demais insumos, que apresentaram consumos médios relativos por tonelada óleo processado acima dos valores previstos (+R\$ 2,7 milhões). A partir de outubro os gastos com catalisadores começaram a ser apropriados na classe 41, com impacto em -R\$ 1,6 milhão. A produção acumulada foi 19% acima da previsão orçamentária.

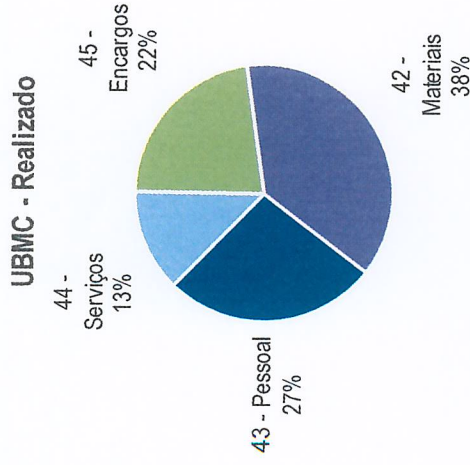
Pessoal: maior realização nos centro de custos da Gerência da Unidade, Produção e Manutenção. Parte da maior realização foi impulsionada pela transferência dos empregados de Quixadá para a UBC.

Serviços: menores gastos com tratamento externo de efluentes e apoio operacional (-R\$ 481 mil), conservação de imóveis (-R\$ 449 mil), apoio administrativo e serviços de saúde ocupacional (-R\$ 566 mil).

Encargos: menor realização em função do estorno das provisões do repasse dos gastos dos serviços de apoio administrativo de 2016, menores gastos com água e esgoto (utilização da água bruta da RLAM) e ausência de pagamento do seguro de incêndio da planta, totalizando menores gastos no valor de R\$ 664 mil.

Gastos Operacionais – Acumulado 2017

Usina de Biodiesel de Montes Claros



Grupo de Gasto	Real 2017	PAN	Var (%)	Real 2016	Var (%)
42 - Materiais	16,65	15,86	5%	14,04	19%
43 - Pessoal	11,85	10,53	12%	11,13	6%
44 - Serviços	5,74	6,80	-16%	6,78	-15%
45 - Encargos	9,97	10,50	-5%	10,04	-1%
47 - Encargos Financeiros	-	-		-	
Total Geral	44,21	43,69	1%	41,99	5%

Materiais: maiores gastos com combustíveis aumento do preço unitário em relação ao planejado para o BPF e aumento do consumo relativo do diesel (+R\$ 2,3 milhões). A partir de outubro, os gastos com metilato começaram a ser apropriados no grupo 41, não sendo considerado GOG, com menores alocações nesta classe no valor de R\$ 1,3 milhão.
A produção acumulada foi 20% acima da previsão orçamentária.

Pessoal: maiores gastos com pessoal nos centros de custos da Gerência da Unidade, Produção e Laboratório, impulsionado pela transferência dos empregados da UBQ para a UBMC.

Serviços: menores gastos em função da otimização do contrato de manutenção industrial (-R\$ 697), transporte operacional e de pessoal e análise externa de amostras (-R\$ 310 mil).

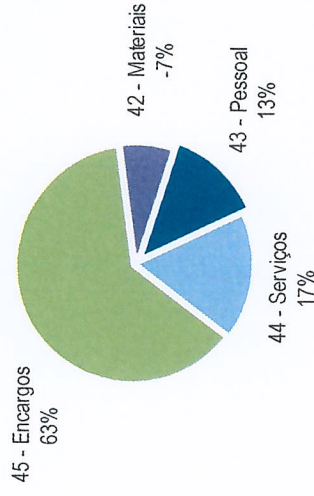
Encargos: menor realização em função do estorno das provisões de energia elétrica de 2016 em 2017 e pequenas otimizações de consumo (-R\$ 779) e ausência de apropriação do seguro de incêndio da planta (-R\$ 127 mil).

Gastos Operacionais – Acumulado 2017

Usina de Biodiesel de Quixadá



UBQ - Realizado



Grupo de Gasto	Real 2017	PAN	Var (%)	Real 2016	Var (%)
42 - Materiais	(0,94)	0,12	-886%	11,65	-108%
43 - Pessoal	1,72	2,41	-29%	11,89	-86%
44 - Serviços	2,26	0,91	149%	6,71	-66%
45 - Encargos	8,20	2,67	207%	10,38	-21%
47 - Encargos Financeiros	-	-	-	-	-
Total Geral	11,24	6,11	84%	40,64	-72%

Materiais: realização negativa impulsionada pela devolução de mercadorias para estoque R\$ 1,5 milhão.

Pessoal: realização abaixo da previsão orçamentária em função da transferência dos empregados para a UBC e UBMC (–R\$ 690 mil).

Serviços: maiores gastos em relação à previsão orçamentária com segurança e vigilância (+R\$ 482 mil), manutenção industrial, apoio operacional e serviços de limpeza (+R\$ 683 mil). Gastos sem previsão orçamentária nas classes de transporte de pessoal, serviços médicos, outros serviços técnicos (análise de água), coleta e tratamento de resíduos (+R\$ 188 mil).

Encargos: maiores gastos com arrendamento mercantil (+R\$ 5,1 milhões), energia elétrica, viagens, serviços de telecomunicações, água e esgoto, e locações de veículos (+R\$ 423 mil).

Destaca-se que o PAN de gastos da UBQ foi planejado até abril de 2017, não havendo previsão orçamentária para os gastos a partir de maio. Adicionalmente, os gastos com a hibernação da usina, foram de responsabilidade da PBIO, não sendo ressarcidos pela Petrobras, como inicialmente previsto.

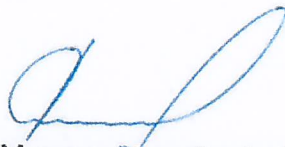
Anexo 8
Extrato Parcial de Ata CA
07032018 correspondente á
aprovação do Plano Anual de
Negócios - exercício de 2018

EXTRATO DE ATA

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A., em reunião ordinária convocada nos termos do seu Estatuto Social e levada a efeito em 07/03/2018, sob a presidência do Conselheiro Jorge Celestino Ramos, com a participação dos Conselheiros Carlos Felipe Guimarães Lodi, Luiz Fernando Marinho Nunes e Ricardo Greenhalgh Barreto Neto. O Conselheiro Marcelo Fernandes Bragança, conforme faculta o parágrafo 1º do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, participou da reunião por meio eletrônico. Como convidados participaram integralmente da reunião o Diretor Administrativo e Financeiro Lair Jesus Pereira de Oliveira e a Coordenadora de Relações Institucionais, Juliana Prudêncio Barbosa. Participaram parcialmente da reunião a Gerente de Planejamento e Desempenho Empresarial Alessandra Plaga e o Gerente do Jurídico, Eduardo Lopes Cavalcanti. A reunião foi secretariada pelo Secretário-Geral da Companhia, Fabio Marques Aragão da Silva, e deliberou (Ata CA nº 90, item 2, pauta 219), sobre o seguinte assunto, a seguir transcrito integralmente: **"PLANO ANUAL DE NEGÓCIOS 2018 - PAN – 2018:** Por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, o Conselheiro Ricardo Greenhalgh Barreto Neto com apoio do Diretor Administrativo e Financeiro, Lair Jesus Pereira de Oliveira e a Gerente de Planejamento e Desempenho Empresarial da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A., Alessandra Plaga, apresentaram ao Colegiado matéria deliberada pela Diretoria Executiva e registrada na Ata DE nº 506, de 30/01/2018, Item 6, Pauta 3002, formulando proposição a respeito. **DECISÃO:** O Conselho de Administração, nos termos do Resumo Executivo relativo à matéria em pauta, (i) aprovou a proposta do Plano Anual de Negócios para o Exercício Social de 2018 da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. " As demais deliberações havidas nessa reunião foram omitidas nesse extrato,

por dizerem respeito a interesses meramente internos da Sociedade, cautela legítima, amparada no dever de sigilo da Administração, consoante “caput” do Artigo 155 da Lei 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), situando-se, por conseguinte, fora da abrangência da norma contida no parágrafo primeiro do Artigo 142 da citada Lei.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2018.



Fábio Marques Aragão da Silva
Secretário Geral da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A.

Anexo 9
Extrato Parcial de Ata
CA 07032018
correspondente à
aprovação do Plano
Estratégico e Plano de
Negócios e Gestão -
período 2018 -2022



CNPJ/MF nº 10.144.628/0001-14

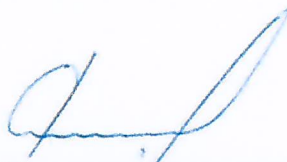
NIRE 33.3.0028725-6

EXTRATO DE ATA

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A., em reunião ordinária convocada nos termos do seu Estatuto Social e levada a efeito em 07/03/2018, sob a presidência do Conselheiro Jorge Celestino Ramos, com a participação dos Conselheiros Carlos Felipe Guimarães Lodi, Luiz Fernando Marinho Nunes e Ricardo Greenhalgh Barreto Neto. O Conselheiro Marcelo Fernandes Bragança, conforme faculta o parágrafo 1º do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, participou da reunião por meio eletrônico. Como convidados participaram integralmente da reunião o Diretor Administrativo e Financeiro Lair Jesus Pereira de Oliveira e a Coordenadora de Relações Institucionais, Juliana Prudêncio Barbosa. Participaram parcialmente da reunião a Gerente de Planejamento e Desempenho Empresarial Alessandra Plaga e o Gerente do Jurídico, Eduardo Lopes Cavalcanti. A reunião foi secretariada pelo Secretário-Geral da Companhia, Fabio Marques Aragão da Silva, e deliberou (Ata CA nº 90, item 2, pauta 218), sobre o seguinte assunto, a seguir transcrito integralmente: **"PLANO ESTRATÉGICO (PE) E PLANO DE NEGÓCIOS E GESTÃO (PNG) 2018 – 2022:** Por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, o Conselheiro Ricardo Greenhalgh Barreto Neto com apoio do Diretor Administrativo e Financeiro, Lair Jesus Pereira de Oliveira e da Gerente de Planejamento e Desempenho Empresarial da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A., Alessandra Plaga, apresentaram ao Colegiado matéria deliberada pela Diretoria Executiva e registrada na Ata DE nº 506, de 30/01/2018, Item 6, Pauta 3002, formulando proposição a respeito. Na oportunidade foi esclarecido que se trata de tema previamente aprovado pela acionista controladora da Companhia e que é trazido à apreciação do Colegiado por força do artigo 24, inciso II do Estatuto Social da companhia que estabelece como competência do Conselho de Administração a aprovação dos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos. **DECISÃO:** O Conselho de Administração, nos termos do Resumo

Executivo relativo à matéria em pauta, (i) aprovou com modificação a proposta do Plano Estratégico (PE), determinando que seja reapresentado os indicadores de desempenho para 2018, além da atualização do Plano de Negócios e Gestão (PNG) da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. para o período 2018 – 2022, conforme Resumo Executivo.” As demais deliberações havidas nessa reunião foram omitidas nesse extrato, por dizerem respeito a interesses meramente internos da Sociedade, cautela legítima, amparada no dever de sigilo da Administração, consoante “caput” do Artigo 155 da Lei 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), situando-se, por conseguinte, fora da abrangência da norma contida no parágrafo primeiro do Artigo 142 da citada Lei.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2018.



Fábio Marques Aragão da Silva
Secretário Geral da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A.